

iscte

INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

O Surgimento da Ecomuseologia nos Açores: o Caso do Ecomuseu do Corvo

Martinho Ataíde Mota Nóbrega Coelho

Mestrado em Estudos e Gestão da Cultura - Ramo Gestão Cultural

Orientador:

**Doutor Jorge Costa Freitas Branco, Professor Catedrático
ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa**

Novembro, 2021

Departamento de História

O Surgimento da Ecomuseologia nos Açores: o Caso do Ecomuseu do Corvo

Martinho Ataíde Mota Nóbrega Coelho

Mestrado em Estudos e Gestão da Cultura - Ramo Gestão Cultural

**Orientador:
Doutor Jorge Costa Freitas Branco, Professor Catedrático
ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa**

Novembro, 2021

Agradecimentos

Agradeço, em primeiro lugar, ao meu orientador, o professor Jorge Costa Freitas Branco, pelo seu apoio, paciência e orientações.

A todos os meus familiares e amigos, com especial consideração pelo apoio dos meus pais, avós e irmãs.

Ao professor Eduardo Guimarães que desde muito cedo se encontrou disponível para colaborar com esta investigação.

À equipa do Ecomuseu do Corvo pela sua colaboração. Sem o seu apoio, este trabalho não seria possível.

Resumo

Esta dissertação procura investigar o surgimento da ecomuseologia nos Açores, estudando o caso do Ecomuseu do Corvo, refletindo-se sobre as particularidades do seu surgimento e sobre o papel dinamizador deste ecomuseu na comunidade da Vila do Corvo, tanto a nível social, cultural e económico.

Começa-se por analisar o surgimento da Nova Museologia e dos ecomuseus pelo mundo, tendo em conta vários casos de museus em Portugal e nos Açores que se inspiram nessas experiências. Neste âmbito, explora-se o caso do Ecomuseu de São Jorge, um testemunho de um projeto ecomuseológico que contou com a participação da comunidade local.

Analisando-se o caso deste ecomuseu do Corvo, e tendo por base entrevistas à sua atual equipa, nota-se que esta estrutura museológica tem sido um contributo para o desenvolvimento da ilha do Corvo. Não obstante, apesar da participação e entusiasmo da população, o facto de não ter nascido de uma vontade da comunidade, tem gerado adversidades no cumprimento dos objetivos iniciais do ecomuseu.

Palavras-Chave: Políticas Culturais Regionais, Ecomuseu, Nova Museologia, Açores, Desenvolvimento Local

Abstract

This dissertation seeks to investigate the emergence of ecomuseology in the Azores, studying the case of the Ecomuseum of Corvo, by reflecting on the particularities of its emergence and on the dynamic role of this ecomuseum in the community of Vila do Corvo, both at a social, cultural, and economic level.

It begins by analysing the emergence of New Museology and ecomuseums around the world, taking into account several cases of museums in Portugal and in the Azores that draw inspiration from these experiences. In this context, the case of the São Jorge Ecomuseum is explored, a testimony of an ecomuseological project that had the participation of the local community.

Investigating the case of Corvo's ecomuseum, and based on interviews with its current team, it is recognized that this museological structure has been a contribution to the development of the island of Corvo. However, despite the participation and enthusiasm of the population, the fact that it was not born out of the will of the community, has generated adversity in achieving the initial objectives of the ecomuseum.

Keywords: Regional Cultural Policies, Ecomuseum, New Museology, Azores, Local Development

Índice

CAPÍTULO 1	1
Introdução	1
1.1. Estado da Arte	2
1.2. Razão do tema	4
CAPÍTULO 2	6
Revisão da Literatura	6
2.1. O surgimento da “Nova Museologia” e da ecomuseologia	6
2.2. A Ecomuseologia em Portugal	11
2.3. Museologia nos Açores	13
2.4. Ecomuseologia nos Açores	15
2.4.1. O Ecomuseu de São Jorge	19
CAPÍTULO 3	32
O Ecomuseu do Corvo	32
3.1. Contextualização do Caso de Estudo	32
3.1.1. Contextualização Geográfica e Histórica	32
3.1.2. Tradições e Património do Corvo	34
3.1.3. O Turismo na ilha do Corvo	37
3.2. O surgimento do Ecomuseu do Corvo	37
3.3. Apresentação do Ecomuseu do Corvo	42
3.4. Iniciativas e Atividades do Ecomuseu do Corvo	46
3.4.1. Projeto de Cultivo da Junça	46
3.4.2. Processo de Criação Participada e Financiamento da Banda Desenhada <i>A Ilha do Corvo que Venceu os Piratas</i>	48
3.4.3. Projetos e Intervenções na área da Arqueologia	49
3.4.4. Dia Aberto dos Moinhos	50
3.4.5. Inventário Participativo do Arquivo Fotográfico do Corvo	50
3.4.6. Programa “Férias no Ecomuseu”	51
3.4.7. Atividades no Centro Cultural de Multiusos	52
CAPÍTULO 4	53
Discussão e Conclusões	53
Bibliografia	62
Fontes	65
Anexos	68
Anexo A- Programa das Jornadas Internacional	68
Anexo B – Exemplo de Literatura Distribuída à População de São Jorge	69
Anexo C- Literatura informativa distribuída pela população do Corvo	71

CAPÍTULO 1

Introdução

Para a escolha de um tema para o trabalho final para uma cadeira deste mestrado, Receção, Fruição e Públicos da Cultura, escolhi optar por fazer um trabalho teórico baseado numa obra que esteja na bibliografia do programa da disciplina. Na lista bibliográfica, encontrei uma publicação que me despertou logo interesse pelo seu título: *Museums and Their Communities*. Esta coletânea, coordenada por Sheila Watson, é um conjunto de textos ligados à temática da relação entre os museus e a sua comunidade. Estes textos introduziram-me a uma nova visão do papel que estas instituições poderão ter na sociedade e que potenciais contributos poderão ter no desenvolvimento local.

Mais tarde, na escolha de um tema para a minha dissertação de mestrado, os conhecimentos obtidos na realização do trabalho dessa disciplina lecionada pelo Professor José Soares Neves, e o conhecimento de que existia um recente ecomuseu na região dos Açores, onde sou residente, influenciaram-me a escolher estudar o caso do Ecomuseu do Corvo. Para a decisão deste caso de estudo, foi também fundamental a entrevista exploratória realizada em agosto de 2020 a uma das coordenadoras do projeto do ecomuseu, Andreia Silva, que atenciosamente respondeu-me às minhas questões e curiosidades sobre o caso.

Tal como será desenvolvido nesta dissertação, este ecomuseu surge de uma decisão do Governo Regional dos Açores de se implementar uma estrutura museológica que melhor condiz com as características sociais e geográficas da ilha, bem como que ela seja uma instituição cultural que responda às necessidades da população da Vila do Corvo.

Concretamente, com esta investigação procura-se responder a algumas questões que considerei importantes em investigar:

1. Que razões fizeram surgir uma estrutura museológica desta natureza, na ilha mais pequena dos Açores?
2. Quais são os seus objetivos?
3. Que potenciais contributos poderão ter para o desenvolvimento local? De que forma poderá o Ecomuseu do Corvo contribuir para o desenvolvimento do setor do turismo na ilha, tendo em conta as suas limitações?
4. Será que é uma instituição sustentável, dadas às condições específicas da ilha?

5. Será que o facto de este ecomuseu ter nascido de uma decisão política teve consequências na concretização dos projetos e no envolvimento da comunidade pelos mesmos?
6. Que razões explicam a não concretização do projeto do Ecomuseu de São Jorge?

De forma a contextualizar o surgimento e as questões em torno dos ecomuseus e da Nova Museologia, foi feita uma pesquisa bibliográfica sobre o assunto, tomando em conta as obras mais referenciadas, bem como estudos mais recentes sobre a temática.

Não existindo algum estudo que se dedique ao surgimento e à sustentabilidade dos ecomuseus nos Açores, foi necessário recorrer a entrevistas semiestruturadas a testemunhas privilegiadas com conhecimentos sobre esta temática.

Deste modo, iniciou-se a investigação com uma entrevista ao professor Eduardo Guimarães, mentor do projeto do Ecomuseu de São Jorge e coordenador do projeto do Ecomuseu do Corvo de 2014 a 2017. Também existiu a oportunidade de se entrevistar dois membros da equipa do ecomuseu: a diretora do Ecomuseu do Corvo, Deolinda Estêvão, e a técnica superior Andreia Silva.

Esta investigação também procede a uma análise de fontes documentais relacionadas com o surgimento dos dois casos de ecomuseus nos Açores, bem como uma abordagem à legislação e aos debates na Assembleia Regional relacionados com a temática.

1.1. Estado da Arte

Apesar de não existirem estudos que se dedicam à questão da presença da ecomuseologia nos Açores, existem trabalhos que relatam a aproximação que os museus açorianos têm tido com a sua comunidade e o seu território.

Estes estudos são: *Envolvimento comunitário em ilhas de pequena dimensão e desenvolvimento turístico – o caso da Ilha do Corvo, Açores* (Almeida, 2020), *Políticas Culturais nos Açores (1976- 2008). Os Museus da Administração Regional e o Seu Papel na Democratização do Acesso à Cultura* (Costa, 2012); *O Museu da Ilha Graciosa no Contexto da Nova Museologia Açoriana (1977-2008)* (Cunha, 2008); *Museus e Turismo Cultural – O Caso do Museu da Graciosa* (Cunha, 2020); *A Museologia na Ilha de São Miguel: 1974-2008* (Sousa, 2009);

Jorge Cunha (2008: 16) relata que a partir da revolução de 25 de abril a intelectualidade ligada à atividade museológica iniciou as suas primeiras atividades renovadoras, com uma forte vontade e necessidade de mudança social nos conceitos tradicionais de museologia. Silvia Sousa (2009: 13), na sua dissertação de mestrado dedicada ao estudo da museologia na ilha de São Miguel, relata que existiu, a partir da década de setenta, uma acentuação da consciência e valorização patrimoniais, refletindo em novas experiências museológicas na ilha. É importante mencionar a referência que faz aos vários museus micaelenses, afirmando que têm sido agentes de desenvolvimento e valorização local e promoção turística, destacando o exemplo dos museus locais, “(...) aqueles em que essa realidade melhor se evidencia” (Sousa, 2009: 245). Conclui que “(...) em alguns museus, se verificou o desenvolvimento de modelos de gestão participada do património cultural, por parte das comunidades locais”, constatando também “(...) a tendência para o surgimento de museus aos quais é atribuído um importante papel na valorização e desenvolvimento local.” (Sousa, 2009: 248).

Um dos fatores que evidencia esta aproximação dos museus para as comunidades locais tem sido, segundo Cunha (2008), Sousa (2009) e Costa (2012), as políticas implementadas pelo Governo Regional dos Açores de valorização patrimonial, museológica e de democratização cultural na região. Costa (2012: 70) destaca que a administração regional “(...) contribuiu para a grande evolução no número de museus existentes nas últimas décadas, assim como definiu as importantes questões relacionadas com quadros de pessoal e formação profissional, promovendo ainda a aproximação dos museus às comunidades (como também proposto nos programas de governo)”. Um exemplo referido foi a criação da Rede Regional dos Museus que tem “(...) o intuito de aproximar experiências e reunir conhecimento dos vários museus, baseado num discurso de aproximação das populações das comunidades em que se situam, com destaque para os serviços educativos.” (Costa, 2012: 70).

Outro fator que influenciou a realidade museológica nos Açores tem sido a influência dos paradigmas dominantes no panorama museológico nacional e internacional. Sousa (2009), analisando o caso dos museus micaelenses verifica que as novas ideias que se veio a desenvolver no campo da museologia, tanto na musealização de sítios, como no surgimento de ecomuseus, têm sido um fator influenciador na criação de novos museus micaelenses. Dá o exemplo da criação de polos no Museu da Vila Franca, bem ou como a adoção de conceitos de ecomuseologia no Museu da Ribeira Grande, no museu do Trigo na Povoação e no Museu do Tabaco da Maia.

O mesmo acontece no caso do Museu da Graciosa. Jorge Cunha (2008: 137) expressa que as mudanças ocorridas na museologia a partir da década de 60 do século XX foram um fator que influenciou a Reprogramação Museológica para o núcleo-sede do Museu da Graciosa e na criação da rede dos recursos museológicos e patrimoniais para a ilha da Graciosa. Nomeadamente, os documentos produzidos pelo ICOM e pela UNESCO, como as declarações de 1958, 1970, 1984 e 1992.

Em 2020, António de Almeida publica um artigo que retrata o papel do Ecomuseu do Corvo no desenvolvimento sustentável da ilha. Este trabalho, que estuda a dinâmica entre a comunidade da ilha do Corvo e a sua relação com o desenvolvimento turístico, relata o papel do ecomuseu neste contexto. Nas entrevistas ao Presidente da Câmara da Vila do Corvo e à coordenadora do ecomuseu, relatam que esta instituição tem sido uma forma de colocar a museologia ao serviço local, contando com a participação comunitária:

“Para Andreia Silva, este é assim um projeto museológico e de desenvolvimento, conquanto visa garantir a salvaguarda e a afirmação do património corvino e, simultaneamente, promover o desenvolvimento local e a qualidade de vida da população, alicerçado nesse mesmo património.” (Almeida, 2020: 162)

1.2. Razão do tema

Com base nos referidos estudos, notamos que existe, por parte do Governo Regional, um investimento na museologia açoriana, destacando-se a iniciativa da criação da Rede Regional dos Museus. Este sistema de parcerias e cooperação entre museus, cujo um dos objetivos é a contribuição para a dinamização e afirmação cultural da região, foi um dos fatores para o surgimento de uma estrutura ecomuseológica na Região Autónoma dos Açores: o Ecomuseu do Corvo.

Como ecomuseu, esta instituição poderá ser a mais adequada para o desenvolvimento da ilha e da região. As características específicas de essas estruturas museológicas, tais como a dinamização cultural e social, a participação da comunidade, o apelo ao sentimento de identidade local, como o desenvolvimento de zonas rurais (sendo o turismo um dos potenciais recursos utilizados), poderão se expressar numa instituição cultural ideal para um território como a ilha do Corvo.

Erini Gallou (2017: 62), estudando o potencial do conceito de ecomuseu em ilhas, refere que é de grande importância estudar ecomuseus nesses contextos, expressando ainda que: “With proper implementation, unique island heritage based on a strong sense of community, could act as a driving force for ecomuseums’ creation and development”.

Sendo assim, apesar de existir vários estudos sobre ecomuseus, e os seus contributos para o desenvolvimento de zonas rurais, considera-se relevante estudar este caso pelas particularidades do seu surgimento e pelas características sociais e geográficas da ilha em que pertence.

CAPÍTULO 2

Revisão da Literatura

2.1. O surgimento da “Nova Museologia” e da ecomuseologia

Os ecomuseus surgem acompanhados de uma revolução museológica resultante de um longo processo dos anos 60 (Varine, 1996: 21). A museologia dominante até ao século XX, a que poderá ser caracterizada como museologia tradicional, de modo geral, tinha como missão colecionar objetos de modo a exibi-los para um público. Tal como Stephen Weil explica, a função destes museus, conhecidos como “tradicionais”, tinham como missão formar os cidadãos, desenvolvendo e refinando os seus gostos (“The museum was established to ‘do’; what was to be ‘done’ was the public.”) (Weil, 2007: 32).

Esta relação, considerada elitista (ex: Halpin, 2007; Appleton, 2007; Zamora, 2007), irá sofrer uma alteração na segunda metade do século XX. Fatores como o financiamento¹; A perda de confiança por parte do público; O reconhecimento de que não são instituições inerentemente virtuosas e, por último, o colapso das ideologias sobre as quais os museus foram fundados (Weil, 2007: 36-38), exigiu a que os museus repensassem o seu lugar na sociedade. (“The museum’s role will have been transformed from one of mastery to one of service.”) (Weil, 2007: 33).

Para além dessas razões, museólogos como Peter Davis e Hugues de Varine desenvolvem que esta transformação na museologia foram fruto do pós-modernismo e das revoluções culturais que foram surgindo a partir da década de 1960. As manifestações mundiais relacionadas com temas de justiça social, ambientalistas e de antiguerra, motivaram os museus a ajustarem a sua missão na sociedade de forma a conseguirem responder à crescente preocupação por essas questões. (Davis, 2011: 8-9, 58). Esta transformação na missão dos museus, que se tenta afastar do seu passado considerado elitista e despreocupado com as mudanças na sociedade, foi conhecida como a “segunda revolução museológica”². Em países como o México, a Nigéria, os Estados Unidos, Índia e Suécia começaram a surgir museus com o componente político de servir e de adaptar os seus esforços a um objetivo comum de

¹ Este fator, segundo Stephen Weil (2007: 36) provocou uma necessidade por parte dos museus de estarem bem vistos por parte do público.

² Mensch (1992).

desenvolvimento, de dar uma resposta cultural e de oferecer uma comunicação baseada nos objetos e no património das suas comunidades (Varine: 1996, 21-22).

O International Council of Museums (ICOM) deu voz, a nível internacional, a esta segunda revolução dos museus na Assembleia Geral do ICOM de 1971, em Grenoble. Em resultado deste encontro, com o intuito de discutir a sua missão política dos museus, declararam urgentemente que todos os museus tivessem uma maior consideração às necessidades do público que servem. Desta assembleia geral, a ICOM declara os seguintes princípios que se irão opor à velha forma de museologia:

- “1. That the museum must accept that society is constantly changing;
 2. That the traditional concept of the museum which perpetuates values concerned with the preservation of man’s cultural and natural heritage, not as a manifestation of all that is significant in man’s development, but merely as the possession of objects, is questionable;
 3. That each individual museum must accept that it has a duty to evolve means of action specifically designed to serve best the particular social environment within which it operates;
 4. That the museum-visiting public is not necessarily the total public which the museum should be serving;
 5. That the museum needs specially-trained personnel in order to carry out its aim;
- (...)”

ICOM, Resolutions Adopted By Icom’s 10th General Assembly, 1971²

Observamos, então, que a conceção de museu como um armazém de peças e objetos converteu-se num espaço de serviço das comunidades (Pereiro, 2009 :184). No contexto desta revolução da museologia, surgirá museus como os museus de território, museus ao ar livre e os ecomuseus, que irão ser caracterizados por serem abertos, da povoação, do território, da identidade e da testemunha, “sem paredes”, e com maior atenção aos valores do presente (Pereiro, 2009: 187).

No âmbito desta reunião da ICOM, que contribuiu para a mobilização de inovadores na área da museologia, é cunhada a palavra “ecomuseu” por Hugues de Varine (1935-) (Varine, 1996: 22). O museólogo relata que esta palavra surge quando sugeriu ao ministro do ambiente

² Consultado em https://icom.museum/wp-content/uploads/2018/07/ICOMs-Resolutions_1971_Eng.pdf.

francês a combinação do prefixo “eco”³ com “museu”. O termo foi posteriormente utilizado pelo museólogo em setembro de 1972 numa conferência da ICOM que resultou na adoção da Declaração de Santiago⁴.

Para definir o conceito de ecomuseu, é necessário ter em conta a definição dos que conceberam o conceito: Hugues de Varine e Georges Henri Rivière (1897-1985). Este último definiu-o da seguinte forma:

“An ecomuseum is an instrument conceived, fashioned and operated jointly by a public authority and a local population. The public authority’s involvement is through the experts, facilities and resources it provides; the local population’s involvement depends on its aspirations, knowledge and individual approach. It is a mirror in which the local population views itself to discover its own image, in which it seeks an explanation of the territory to which it is attached and of the populations that have preceded it, seen either as circumscribed in time or in terms of the continuity of generations. It is a mirror that the local population holds up to its visitors so that it may be better understood and so that its industry, customs, and identity may command respect. It is an expression of man and nature. It situates man in his natural environment. It portrays nature in its wildness, but also as adapted by traditional and industrial society in their own image. It is an expression of time, when the explanations it offers reach back before - the appearance of man, ascend the course of the prehistoric and historical times in which he lived and arrive finally at man’s present. It also offers vistas of the future, while having no pretensions to decision-making, its function being rather to inform and critically analyse. It is an interpretation of space - of special places in which to stop or stroll. It is a laboratory, in so far as it contributes to the study of the past and present of the population concerned and of its environment and promotes the training of specialists in these fields, in co-operation with outside research bodies. It is a conservation centre, in so far as it helps to preserve and develop the natural and cultural heritage of the population. It is a school, in so far as it involves the population in its work of study and protection and encourages it to have a clearer grasp of its own future. This laboratory, conservation centre and school are based on common principles. The culture in the name of which they exist is to be understood in its broadest sense, and they are concerned to foster awareness of its dignity and artistic manifestations, from whatever stratum of the population they derive. Its diversity is limitless, so greatly do its elements vary from one specimen to another. This triad, then, is not self-enclosed: it receives, and it gives.”

³ Em grego “oíkos” (casa, habitação, bens) exprime 1. a noção de casa, domicílio, 2. a noção de ambiente, ecologia (Ex: ecocentro) (<https://dicionario.priberam.org/eco>).

⁴ Seminário realizado em 1972 organizado pela UNESCO e pela ICOM em Santiago do Chile sobre o papel dos museus no desenvolvimento da comunidade da América Latina.

Esta definição, apesar de longa, demonstra a potencialidade dos ecomuseus como uma instituição que tenta pôr em prática uma variante⁵ dos princípios desenvolvidos pela Nova Museologia. Isto exemplifica-se pelo enfoque destes museus no que entendem ser a sua comunidade e pelo sentido de responsabilidade em responder às necessidades e problemas que esta pode enfrentar. É possível também identificar, nesta definição, os critérios essenciais num ecomuseu identificados por Donatella Murtas (2017): comunidade, património, tempo e espaço.

Mas como é que o ecomuseu se distingue de museus como os museus comunitários, museus regionais ou museus locais com o propósito de conservar e promover a identidade cultural? Segundo Kazuoki Ohara, membro fundador da Japan Ecomuseological Society, os ecomuseus incorporam três elementos: a preservação de vários tipos de património, incluindo a natureza, a cultura e o artesanato de uma dada região; a gestão e operação destes com a participação dos locais em benefício do seu futuro; e a sua função como museu (Ohara, 1998: 1) Esta articulação e distinção de outras formas museológicas estão representadas no seguinte gráfico:

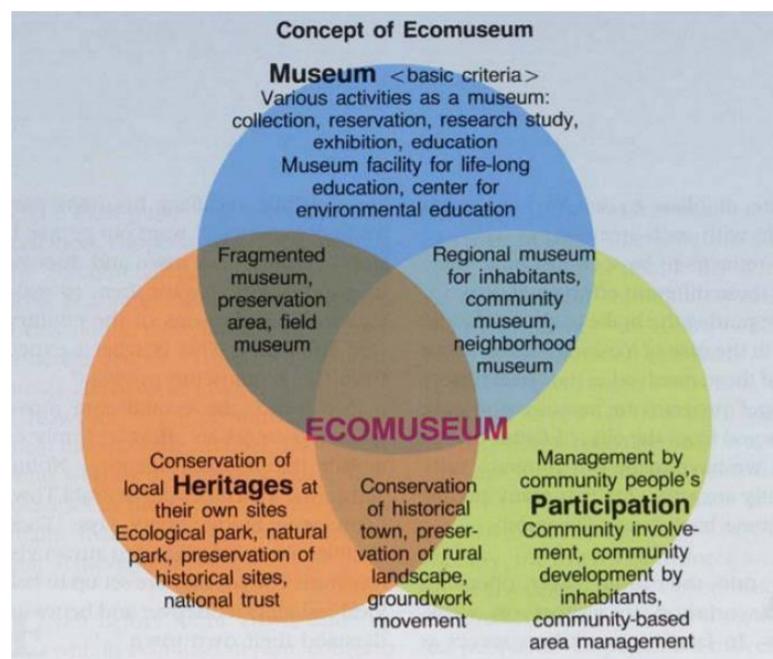


Figura 1 – A articulação dos três elementos de um ecomuseu (Ohara, 1998: 1)

⁵ “Ecomuseology is just one variation of new museology whose tangible expression is an ecomuseum” (Davis, 2011: 263).

Esta tentativa de harmonização destes três componentes será o que irá distinguir os ecomuseus de outros tipos de museus, como os museus comunitários. Tal como os parques naturais, um ecomuseu, segundo esta conceção, não irá ter uma coleção num espaço físico, mas irá deixar o património imperturbado no seu local. Será isto o que lhe irá distinguir de um museu comunitário, ou um museu local, pois esses serão caracterizados pelo seu espaço físico e não pelo território em todo.

No entanto, apesar de existir um debate sobre a definição do conceito de ecomuseu, este não tem uma definição acabada nem uma expressão fixa (Rivière *apud* Pessoa, 2001: 34). Aliás, tal como Varine (2012: 382) defende, cada ecomuseu é um fator de inovação no seu próprio território, tornando impossível existir um modelo a seguir.

Ao se analisar vários exemplos de ecomuseus pela Europa⁶, observamos esta adaptação da conceção de ecomuseu em cada território. Tomemos o exemplo de dois ecomuseus de França, o país de origem dos ecomuseus: o Écomusée du Pats d’Auray, Saint Dégan e o Écomusée de Val du Bievre, Fresnes.

O ecomuseu de Saint Dégan é, segundo Davis (2011: 112), um ecomuseu modelo, sendo criado e gerido pelos locais de uma forma voluntária. Fundado por uma associação em 1968, está fragmentado em vários edifícios agrícolas restaurados do século XVII ao XX, que possuem objetos do dia-a-dia da vida rural do século XIX na região de Auray. São os próprios locais que voluntariamente realizam as visitas guiadas do museu (Davis, 2011: 112), demonstrando uma participação ativa da comunidade da transmissão do seu património aos locais.

Já o Écomusée de Val du Bievre, Fresnes, situado nos subúrbios de sul de Paris, é um ecomuseu caracterizado por Davis (2011) como um dos melhores exemplos de um ecomuseu urbano. Dedicar-se a atividades em torno da comunidade, deixando gradualmente de ter um foco no passado da comunidade, valorizando cada vez mais os problemas atuais do local, nomeadamente o combate à exclusão social, numa área onde existem vários conflitos étnicos.

Desta forma, o primeiro exemplo, situado numa zona rural, empenha-se na divulgação e preservação de um património que estava a desaparecer, enquanto o ecomuseu situado numa

⁶ Utilizando como fonte a recolha de casos de estudo da obra *Ecomuseums: A Sense of Place* de Peter Davis (2011).

zona urbana, para além do seu papel na educação patrimonial, empenha-se no seu papel social de comunicar com os jovens e com as comunidades étnicas dos subúrbios de Paris.

Existem ecomuseus que possuem diferentes polos, coleções permanentes ou temporárias, tais como existem ecomuseus, como o Ekomuseum Bergslagen, na Suécia, que não possuem quaisquer polos, nem coleções, mas fornece a indivíduos, empresas e associações do seu território de mecanismos e conhecimentos especializados sobre o património industrial do local. Existem ecomuseus que surgem de uma iniciativa privada, ou surgem através de associações ou pelo poder local. Há ecomuseus que são dirigidos pelos locais, sendo eles os guias dos seus polos, como existem ecomuseus cujas excursões são realizadas pelo pessoal permanente, ou pelos seus voluntários. Certos ecomuseus apostam no desenvolvimento local através do turismo, como existem ecomuseus que se empenham na regeneração da comunidade onde se inserem, apostando na criação de empresas, ou no combate à exclusão social.

O professor Peter Davis denota que muitos dos ecomuseus existentes utilizam o termo, tanto como uma estratégia de marketing, ou como uma alternativa conveniente a uma estratégia de turismo regional (Davis, 2011: 266). Denota que para que não seja utilizado de forma incorreta, estabelece que o termo deve ser utilizado quando um ecomuseu tenha um dos dois seguintes parâmetros: quando um museu se estende numa área geográfica definida, possuindo diferentes “satélites” e que operem uma política de interpretação e conservação *in situ* (considerando o Ecomuseu do Seixal nesta primeira categoria) ou quando um museu, como um museu local, é totalmente gerido pelos locais, recorrendo ao património como um meio de sustento para pequenas comunidades rurais e que promovam um senso de identidade local (Davis, 2011: 267, 268).

2.2. A Ecomuseologia em Portugal

No final dos anos 70 e no início dos anos 80 do século XX, as experiências com ecomuseus em França realizadas por Georges Henri Rivière e Hugues de Varine foram observadas com grande interesse em outras partes do continente europeu (Davis, 2011: 99, 136).

No caso de Portugal, a ecomuseologia surge acompanhada das transformações políticas, sociais e económicas ligadas à revolução de 25 de abril de 1974 (Moutinho, 1992: 93). A democratização da sociedade portuguesa criou um ambiente favorável à participação,

criatividade e à associação das pessoas, surgindo um desenvolvimento do poder autárquico e de vários casos de associativismo civil que expressavam uma consciência social por questões do desenvolvimento local e no interesse, participação e ação particular em nível de freguesia (Moutinho, 1992: 93, 94). Vários ecomuseus começaram a surgir desde 1979/80, com o primeiro projeto de ecomuseu em Portugal para a Serra da Estrela (Pessoa, 2001: 33) e com a inauguração do Museu Municipal do Seixal, conhecido hoje como Ecomuseu Municipal do Seixal.

O projeto de um ecomuseu na Serra da Estrela, do qual Georges Henri Rivière esteve envolvido, foi liderado pelo arquiteto Fernando Santos Pessoa que procurava transmitir as particularidades naturais e históricas da região. Este ecomuseu destinava-se, em primeiro lugar, à população local, de forma a que essa reconhecesse “(...) os valores do seu meio ambiente e da sua cultura e dessa forma se orgulhe das raízes que a ligam a um passado que em muitos aspetos foi de exploração, de pobreza ou de sofrimentos, noutros de grandiosidade, de poder criador e de génio artístico”, para que com eles a população encontre “(...) o estímulo para ultrapassar as deficiências e adquirir energias para o futuro” (Pessoa, 2001: 45).

Este ecomuseu pretendia possuir diferentes polos: um Museu do Tempo⁷, situado no edifício principal do ecomuseu, o qual exponha de uma forma dinâmica a evolução geográfica da serra, as tradições, hábitos e economia pastoril, bem como remeter os visitantes para os lugares onde se podem observar os motivos de interesse; Um Museu do Espaço; Um Centro de Animação Cultural; A Casa do Artesão; A criação de Centros de Introdução às Ciências da Natureza (Pessoa, 2001: 44, 45, 61-64), bem como um Centro de Animação Desportiva.

No entanto, este projeto não foi em frente. Na sua obra *Reflexões sobre Ecomuseologia*, Fernando Pessoa considera que, apesar do entusiasmo, não existia interesse por quem dirigiu a política de Ambiente em 1980 e, “em especial”, a política dos parques naturais daí em diante (Pessoa, 2001: 35, 36).

Por sua vez, a emergência do Museu Municipal do Seixal acompanhou-se de uma preocupação por uma intervenção museológica multicêntrica, que possuísse uma conceção de património mais abrangente, e que tivesse uma relação mais próxima com a comunidade presente no seu território (Curtinhal & Afonso, 2012: 80). Estas características iniciais eram

⁷ Fernando Pessoa considera como componentes fundamentais do ecomuseu o Museu do Tempo e o Museu do Espaço (Pessoa, 2001: 34).

comparáveis à filosofia de ecomuseu liderada por Hugues de Varine, o qual propôs a adoção do termo ecomuseu, tornando-se o Ecomuseu Municipal do Seixal em 1983 (Curtinhal & Afonso, 2012: 80).

Este ecomuseu, considerado por Peter Davis (2011: 157) como o primeiro e mais bem-sucedido ecomuseu em Portugal, possui uma ação considerável no que respeita à conservação *in situ* do património do território e na construção e transmissão da memória coletiva. Isto transmite-se, por exemplo, na forma como surgiu: através de uma consulta pública, em grande escala, à população entre 1979 e 1981, que envolveu reuniões paroquiais e numa distribuição de literatura explanatória (Davis, 2011: 157).

Um último exemplo relevante para a contextualização do surgimento da ecomuseologia em Portugal é o caso do Museu de Mértola. Embora não se denominar como ecomuseu, possui alguns elementos que se enquadram nos moldes da Nova Museologia e da ecomuseologia⁸. Mértola encontra-se numa zona periférica, mas com grandes recursos patrimoniais e culturais. Este museu teve uma experiência pioneira no âmbito do património arqueológico, contribuindo para o crescimento de uma vila do interior, no Sul de Portugal, desde os finais dos anos setenta do século XX (Martínez, et. al., 2016).

Segundo Martínez, et. al. (2016), o museu está organizado em 16 núcleos diferentes, participando várias instituições públicas e privadas, interagindo com a comunidade e incrementando a sua autoestima e coesão social.

2.3. Museologia nos Açores

Tal como em Portugal continental, nos Açores começou a existir uma maior dinamização por questões de defesa de património cultural a partir de 1974. Em 1976, as ilhas dos Açores possuíam 3 espaços museológicos⁹. Com a implementação do Regime Autónimo dos Açores criou-se uma política de valorização e proteção do património cultural açoriano (Cunha, 2008): “a consciência dos problemas etnomuseológicos dos Açores foi crescendo, (...) e as críticas à estrutura museológica e aos seus fundamentos foram-se avolumando e a reformulação das

⁸ Como o co-criador do termo ecomuseu refere, a utilização deste termo poderá ser um risco para a concretização dos seus reais objetivos (Varine, 2012: 84).

⁹ Em São Miguel, o Museu Carlos Machado e o Museu Rural da Casa do Povo de Vila Franca do Campo. Na Terceira, o Museu de Angra do Heroísmo.

normas em vigor tornou-se inevitável.” (Martins, 1992 *apud* Sousa, 2010: 54). É importante salientar que no Corvo nunca se conseguiu criar um espaço museológico até à inauguração do Ecomuseu do Corvo, em 2015.

O Decreto Regulamentar Regional nº21/77, de 18 de julho que criou o Museu da Horta, surge como “(...) um ato político-administrativo fundamentado pela necessidade de recolher e preservar o património que corria o risco de desaparecer ou ser destruído nas ilhas que constituíam o ex-distrito da Horta.” (Cunha, 2008: 24).

Também em 1977, o Decreto Regulamentar Regional n.º 25/77 estabelece a criação nas ilhas de Santa Maria, Graciosa, Pico, S. Jorge, Flores e Corvo, instituições culturais com a denominação de casa de etnografia. Segundo o Decreto, tornou-se urgente “(...) intervir nesta matéria, a fim de que se não perca de todo o que ainda possa existir em algumas ilhas menos beneficiadas com o contacto com os centros do Poder e como tal mais abandonadas”¹⁰.

Sílvia Fonseca e Sousa (2010: 52) salienta que este diploma “(...) notava a preocupação de criar instituições museológicas em todas as ilhas do arquipélago, embora nem todas com a designação de museu (...)”. Já Jorge Borges e Cunha considera que, “apesar de este diploma ter ignorado várias questões relacionadas com a complexa e diversificada realidade cultural de cada ilha, de considerar as ilhas “pequenas” num ambiente essencialmente rural, acontece que, naquele período, começaram a surgir vontades no sentido da mudança da realidade museológica dos Açores” (Cunha, 2008: 24).

Em 1991, quando já existiam museus e casas etnográficas em todas as ilhas (à exceção do Corvo), o Decreto Regulamentar Regional n.º 40/91/A, renova a orgânica dos museus dependentes do Governo Regional. Com este diploma, devido à “necessidade de dotar a Região Autónoma dos Açores de uma rede capaz de estudar, recolher, inventariar, conservar e expor o património museológico existente em todas ilhas”, as casas de etnografia concebidas no Decreto Regulamentar Regional nº25/77, passam a se designar como museus de ilha. Todas as casas de etnografia criadas em 5 ilhas dos Açores, passam a denominarem-se como museu (Museu de Santa Maria, Museu da Graciosa, o Museu de São Jorge, o Museu do Pico e o Museu das Flores).

¹⁰ Fonte: Decreto Regulamentar Regional n.º 25/77/A.

O Decreto também declara que os museus de ilha poderão ter extensões com denominações próprias, criando no artigo duas extensões do Museu do Pico: o Museu dos Baleeiros e o Museu do Vinho, e uma extensão do Museu das Flores na ilha do Corvo. Esta última extensão nunca se concretizou.

Por sua vez, o Museu Carlos Machado, o Museu de Angra do Heroísmo e o Museu da Horta convertem-se a museus regionais. Enquanto os museus de ilha concentram “aspectos representativos das atividades culturais, económicas e sociais” das ilhas onde se encontram, os museus regionais abrangem “o património cultural existente na Região independentemente da sua origem”.

Já em 2000, o Decreto Regulamentar Regional n.º 36/2000/A altera a orgânica dos serviços externos da Direção da Cultura (os museus regionais e de ilha, bibliotecas públicas e arquivos regionais, casas da cultura e os Centros de Estudos, Conservação e Restauro dos Açores). Para além de criar um museu regional na ilha do Pico, estabelece a criação de museu na ilha do Corvo “(...) de forma a melhor refletir a identidade histórico-cultural desta ilha e a melhor servir a comunidade local e os seus visitantes”. No entanto, não chegou a se concretizar.

2.4. Ecomuseologia nos Açores

A primeira referência que se encontrou, nesta investigação, sobre um projeto de ecomuseologia nos Açores, encontra-se numa comunicação no âmbito do Colóquio APOM-77 em outubro de 1977. Tal como foi narrada na tese de mestrado de Jorge Cunha (2008), nesse colóquio, Eduíno Borges Garcia (1982), critica o Museu Regional como uma instituição que considerava ser “(...) quase sempre um pequeno museu, de aspeto decadente (...)” e que “só serve para criar ou reforçar na mente dos visitantes uma imagem degradante do conceito de Museu”. Contrapondo-se aos museus regionais estariam os ecomuseus, cujas coleções diriam em respeito “ao homem e o ambiente da região”. No seu âmbito estaria a História Natural, a História Regional, a Arqueologia, a Etnografia e a Arte.

Nota-se que está na base da sua conceção de ecomuseu a educação das populações da região através desta nova instituição museológica, pois o ecomuseu iria se organizar como “(...) uma instituição educativa que procura enraizar a comunidade no seu passado, como experiência coletiva válida, a qual se deve projetar no futuro com inteligência e bom-senso, sempre a favor de toda a comunidade, combatendo as tentativas egoístas e oportunistas, individualistas ou

cegas, que possam fazer perigar o equilíbrio Homem-Natureza”. Assim, o ecomuseu teria a oportunidade de sair das suas quatro paredes, indo até onde existisse património a defender, apoiando-se na comunidade e nos grupos escolares, servindo-os e servindo-se deles (Garcia, 1982)

Desta intervenção, salienta-se “Um Programa para Trabalhos de Campo (Objetivo Imediato)” para os ecomuseus. Este plano incluía:

- 1) **A busca de elementos de interesse etnográfico**, como os silos citados por Frutuoso, no ilhéu de São Roque; As casas com forno redondo dentro da cozinha (como em Nordeste); As cozinhas ao ar livre (como na Bretanha); As casas com teto de colmo (se não houvesse nenhuma, encontrava-se quem soubesse construí-las), tal como obter divisões interiores de cana entrançada das casas rurais, procurando quem soubesse-as fazer.
- 2) **Colecionar Alfaias Agrícolas**, com toda a minúcia, encontrando todas as mais antigas e fora de uso (investigando porque deixaram de ser usadas), as existentes, tal como todas as que vieram pela mão dos emigrantes; **Procurar estudar** a introdução, evolução e técnicas associadas às alfaias da beterraba, à cultura do tabaco e do chá;
- 3) **Estudar Medicina Popular**, em detalhe, organizando, por localidades, listas de fármacos de medicina empírica (etnofarmacognosia) e uma lista de “Mezinhas” de medicina mágica; Efetuar uma colheita de flora local e preparar herbários e álbuns com desenhos das plantas de Medicina Popular; Fazer buscas bibliográficas de Medicina Popular na Região; Preparar uma síntese de todo este material para S. Miguel e Sta. Maria;
- 4) **Organizar buscas e localizações de construções defensivas** contra piratas, incluindo listas bibliográficas; localização topográfica; Fotografia; Levantamento/Desenhos artísticos; Descrição do estado atual; Estudar e promover conservação e valorização museológica de todos esses monumentos e proceder à busca de iconografia sobre embarcações, armas, vestuário da época.¹¹

¹¹ Fonte: “Ecomuseus e Acção Cultural (Um Programa para o Açores)” por Eduíno Borges, em *Actas do Colóquio APOM 77*.

Esta intervenção de Eduíno Garcia demonstra que já em 1977 existia uma discussão sobre a introdução da ecomuseologia nos Açores. Sílvia Fonseca e Sousa, na sua tese de mestrado *A Museologia na Ilha de São Miguel: 1974-2008* (2009), desenvolve que este colóquio surge no âmbito do fenómeno dos ecomuseus, bem como a crescente preocupação pela função social dos museus. Salienta também que “este foi um momento de reflexão importante, no âmbito do qual foram definidas as linhas teóricas de ação dos Museus Regionais, tendo sido salientada a função social dos museus.” (Sousa, 2010: 237). Realça também que os veiculados conceitos de musealização de sítios e de ecomuseus a nível internacional e nacional fizeram desenvolver em São Miguel alguns espaços museológicos que incorporaram essas ideias.

Nos anos 80 é relevante a vinda de François Hubert aos Açores e a sua elaboração do programa do museu de sítio ligado à vinha e ao vinho para a Madalena do Pico (Cunha, 2008: 25, 26). Um dos principais pensadores sobre ecomuseologia, Hubert participou num seminário sobre Musealização de Sítios, realizado em Coimbra no ano de 1987, onde participou vários açorianos ligados a museus locais como Teodora Borba, Rui Sousa Martins e João Afonso (Cunha, 2008: 25). Já em 1988 realizou-se em Angra do Heroísmo, as II Semanas de Etnologia do Atlântico, onde participaram “(...) especialistas nacionais e estrangeiros, contribuindo em muito para o debate e a troca de ideias, o despertar das consciências para uma nova realidade museológica açoriana.” (Cunha, 2008: 26).

Relacionado a eventos desta natureza, Sousa salienta também a importância do Centro de Estudos Etnológicos da Universidade dos Açores¹², que constituiu “(...) um fator determinante para a formação da consciência patrimonial e museológica açoriana, designadamente na formação de recursos humanos ligados a instituições museológicas nos Açores” (Sousa, 2009: 236). Assim como refere, este centro de estudos, bem como o Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais da Universidade dos Açores, tiveram um papel no desenvolvimento de museus como o Museu de Vila Franca do Campo, o Museu da Ribeira Grande, o Museu Municipal da Lagoa, o Museu do Trigo da Povoação e o Projeto

¹² É importante salientar o contributo do professor Rui de Sousa Martins, que participou em eventos como a Reunião-Colóquio sobre Ecomuseus no Museu Calouste Gulbenkian a julho de 1978, com a presença de Georges Henri-Rivière. Martins orientou vários projetos museológicos na ilha, tais como o Museu da Ribeira Grande, o Museu do Trigo da Povoação, o Museu do Tabaco da Maia, e o Museu de Vila Franca do Campo.

científico do Parque Temático da Maia, que integrava o Museu do Tabaco (Sousa, 2009: 234, 235).

No âmbito do surgimento da ecomuseologia nos Açores, é necessário também destacar as políticas de valorização patrimonial e museológicas desenvolvidas pelo Governo Regional dos Açores. Em destaque para esta investigação, o Decreto Regulamentar Regional n.º 40/91/A, que iniciou o desenvolvimento da Rede Regional dos Museus dos Açores.

Mais recentemente, em 2020, o Decreto Regulamentar Regional n.º 3/2020/A, cria a classificação de ecomuseu para os Açores. Esta nova designação surge com a implementação de um ecomuseu na ilha do Corvo por parte do Governo Regional. Segundo o decreto:

“(...) o Ecomuseu caracteriza-se por uma atividade que inclui recursos culturais e naturais in situ, designadamente na Ilha do Corvo, e por uma estratégia de desenvolvimento sustentável, atenta aos interesses e à participação da comunidade, com o pressuposto de que o modelo de museu tradicional não é o que melhor traduz a identidade cultural da ilha e dos Corvinos.”¹³

Os museus passam-se a designar como ecomuseu: “(...) quando a sua atividade inclua recursos culturais e naturais, privilegiadamente in situ, bem como uma estratégia de desenvolvimento sustentável, atenta aos interesses e à participação da comunidade.”. Este decreto declara ainda que cabe especificamente aos ecomuseus:

- a) Assegurar o envolvimento e a participação efetiva do ecomuseu com a comunidade e demais instituições da administração pública na preservação e gestão do património, tendo em vista o desenvolvimento sustentável do seu território;
- b) Promover a salvaguarda e valorização do património cultural e natural in situ;
- c) Promover ações de interdisciplinaridade com outras entidades regionais e com outros ecomuseus;
- d) Elaborar estratégias e propostas de ação para a reabilitação e divulgação do património móvel e imaterial;¹⁵

Nos Açores, museus que se denominam como ecomuseus encontram-se no projeto do Ecomuseu de São Jorge (EmSJ) e no Ecomuseu do Corvo (EmC). Contudo, tal como já mencionado, existem museus nos Açores que se inspiraram na ecomuseologia (como o caso do

¹³ Fonte: Decreto Regulamentar Regional n.º 3/2020/A.

¹⁵ Idem.

Museu da Graciosa que, segundo Cunha (2008: 27), em 1991 passou a ser polinucleado, na base da filosofia dos ecomuseus).

O EmSJ e o EmC, tal como será apresentado nesta dissertação, são dois projetos que surgem em circunstâncias diferentes e dos quais é possível realizar uma análise comparativa.

2.4.1. O Ecomuseu de São Jorge

Um dos objetivos iniciais desta dissertação seria descobrir em que constituía o projeto do Ecomuseu de São Jorge (EmSJ), e as razões que explicam porque não se concretizou. Antes de existir a oportunidade de se realizar uma entrevista ao professor e mentor do projeto do EmSJ, Eduardo Guimarães¹⁴, não se conseguiu obter muitas informações sobre a experiência, ficando-se assim a desconhecer a sua história e o seu estado atual.

Ao questionar Guimarães sobre o estado do projeto, as informações obtidas e o seu relato da história da emergência do EmSJ, permitiram, não só melhor contextualizar o caso de estudo desta dissertação, como é um testemunho de um projeto museológico de desenvolvimento local com uma dinâmica *down-up*.

Na recolha de informações sobre este projeto, identificamos que existiram várias condições favoráveis para a implementação de uma estrutura ecomuseológica na ilha de São Jorge. Eduardo Guimarães contextualiza a situação da ilha, no início do século XXI, da seguinte forma:

“Havia e continua a existir, infelizmente, uma consciência de que São Jorge está a “patinar”, de que São Jorge sendo um território que está no centro do grupo central e que nunca capitalizou isso. Há razões históricas, desde logo a gestão administrativa do Estado que divide São Jorge em dois territórios. Durante muito tempo, o concelho das Velas esteve sob influência da Horta e o concelho da Calheta sob influência da Terceira. Isto constituiu sempre um *handicap* e um fator negativo no desenvolvimento de São Jorge. Entretanto, no início do século, estão a regressar pessoas com alguma habilitação, pessoas que já têm curso superior. Essas pessoas querem pensar no desenvolvimento, querem equacionar os problemas de São Jorge num outro patamar. Começa-se a constituir um núcleo de pessoas que estão disponíveis para refletir, para

¹⁴ Eduardo Guimarães, licenciado em Filosofia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, é professor do Ensino Secundário da Escola Básica, Integrada e Secundária da Calheta e mediador de educação patrimonial, tendo experiência na implementação de projetos de desenvolvimento comunitário em Portugal e em São Tomé e Príncipe. Exerceu funções de Diretor da Ecoteca de São Jorge desde 2003 e foi responsável pela conceção e operacionalização da instalação do Ecomuseu da Ilha de São Jorge. Posteriormente, co coordenou o projeto do Ecomuseu do Corvo de 2014 a 2017.

debater, e fora de um espaço que é comum, dos partidos. Envolvia gente, evidentemente, que estavam ligadas aos partidos, mas eram cidadãos que queriam pensar no território, queriam pensar o desenvolvimento disto. Apercebiam-se que, aqui ao lado, o Pico estava com uma dinâmica engraçada, que promoviam o desenvolvimento, e nós estávamos a ficar para trás. Não percebíamos como estávamos no centro do território e é como se tivéssemos na periferia. Hoje qualquer jorgense ainda diz isso. Se alguém tem um problema de saúde, tem de ir à Terceira, o que é um problema (...). Este mal-estar começa a acontecer espaços de reflexão e de debate.” (Guimarães, entrevista a 29/01/2021)

É neste contexto que a 22 de abril de 2001 (Dia da Terra), o Museu de São Jorge, em parceria com a Escola Profissional de São Jorge, organizou um debate com o tema “Desenvolvimento Rural e Sustentável”. O debate, moderado por Eduardo Guimarães, tinha no seu painel o Economista da Universidade dos Açores, o Doutor Tomaz Dentinho, o agente de desenvolvimento local Camilo Mortágua, o economista e empresário de turismo rural Manuel Pereira dos Santos e a Diretora da Ecoteca do Pico, a doutora Carla Susana Martins da Silva. Este debate, caracterizado mais tarde por Guimarães como um “*brainstorm*” de ideias, fez, pela primeira vez, mencionar-se um projeto de ecomuseu na ilha, associado à ideia do museu do queijo e da rota turística do queijo. Porém, como se de um debate se tratava, não se acabou por explorar a ideia.

A ideia volta a surgir em 2003, com um workshop de ideias criativas para o documento base do Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável da Região Autónoma dos Açores (PREDSA). Este *workshop*, da iniciativa do Governo Regional, procurava, em colaboração com diversas coletividades de São Jorge e uma equipa da Universidade do Minho, elaborar uma proposta estratégica para o desenvolvimento da região:

“A abordagem da Universidade do Minho, foi uma abordagem de que esse plano fosse, não só para os açorianos, mas pelos açorianos. E deita mãos uma técnica de envolvimento da comunidade para recolher ideias. Tinham técnicas como “Você feche os olhos e agora está a voar sobre o território daqui a 50 anos. Como é que você está a ver, no melhor cenário, a vila onde vive?” (...) Resultou daí uma proposta. Houve debate, houve publicações, (...) mas não se consubstanciou, de facto, num plano estratégico de desenvolvimento. Ou melhor, os resultados finais não foram levados a sério por quem devia, por quem tinha solicitado o trabalho. Mas, (...) mesmo os barcos que não chegam a bom porto, deixam sementes. Portanto, o que foi o PREDSA para nós aqui em São Jorge? Tinha sido mais uma oportunidade para se refletir sobre o desenvolvimento de São Jorge. E nisso, nós temos essa dívida para com a Universidade do

Minho. Uma vez mais, gente que se preocupa com essas questões encontraram-se. E isso é muito importante. Que as pessoas se encontrem, que se conheçam, que se criem cumplicidades, que estabeleçam uma rede. Isto é muito importante, de um ponto de vista sociológico para as coisas acontecerem. Portanto, aquele grupo de pessoas que já tinha aparecido em 2001, em 2003 voltou a aparecer e algumas ideias voltam a ser discutidas. Uma das ideias que voltam a ser discutidas é a questão das redes dos caminhos que estão abandonados e o potencial turístico que têm e volta-se a falar do ecomuseu.” (Guimarães, entrevista a 29/01/2021)

Neste âmbito, outro acontecimento substancial na criação de um projeto de ecomuseologia na ilha de São Jorge foi a iniciativa “Caminhos da Memória”, concebidas e coordenadas por Eduardo Guimarães e executadas com a cooperação das Câmaras Municipais de São Jorge e associações não governamentais. Segundo Guimarães, permitia, de certa forma, desenvolver aquilo que seria mais tarde o Ecomuseu de São Jorge, na sua essência:

“Embora ainda não exista a ideia de construção de um ecomuseu, ela tem na sua génese, as minhas preocupações do território, e a necessidade das pessoas conhecerem o seu território estarem vinculadas. Reforçarem laços com o seu território, reconhecerem nisto como uma condição para uma participação ativa, crítica e criadora de todos os cidadãos. (...) Permitia consubstanciação daquilo que é essencial do projeto do ecomuseu. É o território, o seu património, as suas pessoas, a sua cultura, a sua história, as suas tradições.” (Eduardo Guimarães, entrevista a 29/01/2021)

Esta iniciativa constituía-se numa atividade pedestre, realizada todos os anos a partir de julho a agosto, que procurava promover a preservação da memória coletiva, resgatar hábitos, técnicas, ocorrências e outros fatos da memória coletiva jorgense e promovendo formas de convívio intergeracional. Recorrendo a um elemento mais velho da comunidade, um cicerone escolhido pela Junta de Freguesia, transmitia-se informações históricas sobre o território, permitindo a revivência de um passado no qual as pessoas mais idosas tinham vivas nas suas memórias. Essas memórias possuem um particular valor no contexto das ilhas dos Açores, pois relatam um passado agrícola de São Jorge, que se contrapõe ao presente, onde se predomina a agropecuária. Este programa, segundo Guimarães, integra as preocupações subjacentes à corrente da ecomuseologia.

No contexto da criação do projeto do Ecomuseu de São Jorge, Eduardo Guimarães expressa que a iniciativa dos Caminhos da Memória se demonstrou relevante por duas razões principais. Por um lado, o jornalista do New York Times, Steve Lee Myers publicou um

artigo¹⁵, onde menciona e releva a importância dos Caminhos da Memória. Por outro lado, defende que o então Diretor Regional do Ambiente, Frederico Cardigos começou a ter percepção do entusiasmo dos jorgenses na defesa do seu património e como se encontravam disponíveis e sedentos por iniciativas deste género. Aliás, Cardigos chegou a afirmar no seu blogue pessoal¹⁶: “Estes caminhos da memória são passos largos para um futuro que não esquece o passado.”

Em 2005 decorre a campanha eleitoral para as eleições à Câmara Municipal de Velas. A candidata independente pelo Partido Socialista à Câmara Municipal de Velas, Fátima Silveira, coloca no seu programa eleitoral algumas ideias ponderadas por equipas da Universidade Nova de Lisboa. Nomeadamente, de alunos do 11º curso de mestrado e da 14ª Pós-Graduação em Ordenamento do Território e Planeamento Ambiental, do ano 2003-2004, da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa. Este estudo cuja responsável científica foi a Doutora Maria do Rosário Partidário, com a colaboração da Direção Regional do Ambiente da Região Autónoma dos Açores e da Ecoteca de São Jorge, tinha como objetivo definir ideias estratégicas relativamente à gestão sustentável dos recursos naturais, das quais a ideia do projeto de um ecomuseu de São Jorge estava incluída.

É importante salientar que o grupo de trabalho responsável pela temática dos Recursos Rurais e Culturais foi acompanhado pela Dr.^a Maria Conceição Bizarro Delcourt, defensora de uma conceção de museologia interventiva e instauradora de uma dinâmica de desenvolvimento local. É deste grupo de trabalho que ressurge uma proposta de ecomuseu na ilha.

Apesar de Fátima Silveira ter perdido as eleições, o eventual reeleito presidente da Câmara Municipal das Velas, António Silveira, manifestou interesse na ideia, cada vez mais concreta, de criação de um ecomuseu na ilha. Por consequência, António Silveira apresentou a proposta à Secretária da Secretaria Regional do Ambiente e do Mar de então, Ana Paula Marques. Desta forma, a Secretária solicita ao diretor da Ecoteca de São Jorge, Eduardo Guimarães, que realize um anteprojecto do Ecomuseu de São Jorge.

Na elaboração do anteprojecto, Guimarães contacta diversas entidades e especialistas, como Hugues de Varine e Fernando Santos Pessoa, duas figuras importantes no âmbito da ecomuseologia. A elaboração do anteprojecto contou com a colaboração de professores como o professor Rogério Roque Amaro do ISCTE-IUL, bem como a colaboração do professor da

¹⁵ Fonte: <https://www.nytimes.com/2006/10/08/travel/08azores.html>.

¹⁶ Fonte: <http://cardigoso.blogspot.com/2006/>.

Universidade dos Açores, Rui Sousa Martins. Sousa Martins apresenta a Guimarães, em abril de 2006, o seu modelo do Parque Temático da Maia e um programa informático que facilite a gestão de redes museológicas. Guimarães considerou-os dois instrumentos fundamentais de trabalho na criação do ecomuseu.

No dia da apresentação do anteprojeto, a 6 de maio de 2006, foi criada a Rede do Ponto Focal do projeto, um instrumento de acompanhamento e participação das várias entidades e residentes da ilha de São Jorge. Guimarães contacta o núcleo empresarial de São Jorge e todos os deputados da ilha, manifestando a importância do projeto de ecomuseologia na ilha, e acordando com os três deputados que se deve evitar a partidização do mesmo, assegurando que a coordenação do projeto seja realizada de forma transparente.

Começou-se assim a ganhar dinamismo, fortalecendo-se o apoio da Universidade dos Açores, bem como da Câmara de Velas. Fortaleceu-se também a articulação entre o projeto do EmSJ com os agentes turísticos da ilha e as organizações não governamentais do ambiente. Aliás, existiram sessões de debate sobre ecoturismo e turismo rural, bem como jornadas e workshops de ecoturismo com o apoio do EmSJ¹⁷.

Destaca-se que o deputado de São Jorge do PS-Açores, Rogério Paulo Veiros, defendeu o projeto do EmSJ na Assembleia Regional dos Açores a 15 de fevereiro de 2007. O deputado expressa que, embora ainda em fase de instalação, a atividade dos Caminhos da Memória, que não teve “qualquer custo para a Região”, e a sua contribuição para a mobilização e animação local favoreceram a valorização de São Jorge enquanto destino turístico. Discursa ainda que:

“[o] Ecomuseu da Ilha de S. Jorge, constitui, a nosso ver, a melhor solução até agora encontrada na Região Autónoma dos Açores para se lidar com as medidas governamentais no âmbito da preservação do ambiente, uma vez que promove a consciência ambiental a partir de uma consciência identitária e acima de tudo, da vontade de uma população em preservar essa identidade, ao mesmo tempo que capitaliza essas áreas protegidas enquanto recursos do sector turístico.”¹⁸

Tendo em conta o papel relevante do EmSJ para o desenvolvimento da ilha “sem grandes investimentos financeiros”, Veiros manifestou que:

¹⁷ Fonte: “Turismo ecológico e rural em debate”, Diário Insular de 28.11.08

¹⁸ Fonte: “Desenvolvimento Sustentável de São Jorge”, http://base.alra.pt:82/Doc_Intervencao/I629.pdf

“(…) cabe agora determinar as suas competências e dotá-lo de personalidade jurídica e económica de forma a poder desempenhar o seu papel de forma mais eficiente. Em nosso entender esta estrutura poderá desempenhar funções importantes para São Jorge, nomeadamente na área da animação turística, gestão dos trilhos turísticos reclamados por todos, mas filhos de ninguém, gestão do futuro centro de interpretação da Caldeira de Santo Cristo, entre outros.”

Foi também no âmbito da realização do projeto que se realizaram as Primeiras Jornadas Internacionais de Ecomuseologia de São Jorge, que decorreram na ilha de São Jorge entre 13 e 15 de junho de 2008.

O primeiro dia contava com intervenções sobre ecomuseologia, desenvolvimento local e de exemplos de ecomuseus pelo mundo. Os participantes foram Judite Primo da Universidade Lusófona de Lisboa, de Laurent Vadrine do Ecomuseu de Margeride, de Leão Lopes da Escola Internacional de Arte de Cabo Verde, de Xerardo Pereiro da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, de João Porteiro da Universidade dos Açores, de Rosário Oliveira da Universidade Lusófona de Lisboa, de Artur Gregório da Associação In Loco, de Rogério Roque Amaro do ISCTE, de José Portela da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro¹⁹. Todos esses técnicos e cientistas passaram a se integrar na secção técnica do ponto focal do projeto, superando assim a então inexistência de um consultor científico²⁰.

No dia seguinte, foram organizados três workshops com propostas de debate diferentes²¹. O Grupo de Trabalho A possuía o tema “Paisagem e Organização Territorial”, no qual se debateu a forma jurídica mais adequada para o EmSJ e o enquadramento legal das estruturas ecomuseológicas a serem adotadas pela Região Autónoma dos Açores. É importante salientar que Nuno Ribeiro Lopes, futuro Diretor Regional da Cultura, tendo um papel relevante para a introdução do Ecomuseu do Corvo, introduziu este workshop.

O Grupo de Trabalho B ficou encarregue de debater o tema “Gestão de Espaços Naturais e Culturais”, abordando temas como a gestão da biodiversidade, a eficácia no combate a espécies invasoras e a preservação dos caminhos tradicionais.

¹⁹ Fonte: Folheto informativo “Jornadas de Ecomuseologia” (Anexo A)

²⁰ Fonte: Esclarecimentos prestados por email por Eduardo Guimarães a 09.09.2021

²¹ Fonte: Folheto informativo “Jornadas de Ecomuseologia” (Anexo A)

Finalmente, ao Grupo de Trabalho C foi proposto debater o “Desenvolvimento Local Rural Integrado e Sustentado”, onde se sugeriu debater as vantagens dos ecomuseus na valorização do património com a economia local e na promoção dos laços sociais, tendo em conta a desertificação das freguesias rurais e ao envelhecimento da população.

Sobre esta iniciativa, o mentor do projeto do EmSJ expressa:

“Nós tínhamos esperança de que o Ecomuseu de São Jorge pudesse ser uma referência museológica nos Açores e no país, e que essa experiência seja transportada nas outras ilhas”. (Eduardo Guimarães, entrevista a 29/01/2021)

Não obstante, começam-se a constatar problemas que Guimarães já tinha aferido na análise SWOT do anteprojecto:

“O projeto ia estar “ensalsichado” entre dois níveis de poder: o poder local, [composto pelas] duas câmaras – (...) que estava interessado no projeto, e que pediu apoio ao Governo Regional, e [por outro lado], o Governo Regional que era de outra cor política. E isto iria ser disruptivo, e ia tornar o projeto lento, desgastante e dificilmente chegara a bom porto. E por isso pensava colaborar na primeira parte e depois afastar-me. A primeira etapa seria apresentar uma proposta de anteprojecto, depois sair. Sair do projeto e sair como diretor da Ecoteca (...)”. (Guimarães, entrevista a 29/01/2021)

Apesar do projeto ser elogiado no programa do Partido Socialista de 2008, destacando as sinergias entre turismo, ambiente e cultura, e a identificação dos cidadãos pelo projeto, este programa expressa que seria “indomável”:

“Na linha do Ecomuseu de São Jorge e do Centro de Interpretação Ambiental e Cultural da Ilha do Corvo, há que fomentar, em todas as ilhas, as parcerias entre turismo, ambiente e cultura. Os exemplos anteriores provocaram sinergias, e especialmente no primeiro caso com clara identificação dos cidadãos, que apenas podem pecar por não serem domáveis pela administração. No entanto, parece ser um risco a assumir com o maior entusiasmo.”²²

²² Fonte: *Açores: Ilhas com Futuro*, Programa Eleitoral do Partido Socialista de 2008.

Esta adversidade é perceptível pela demora das decisões políticas por parte da Direção do Ambiente e do Mar e na definição do estatuto jurídico do órgão coordenador que iria gerir o EmSJ²³.

A discordância na decisão de qual seria a entidade com o papel decisório foi um obstáculo para a realização do projeto. O estatuto que obteve consenso pelos jorgenses foi a de régie-cooperativa. Este consenso foi expresso numa reunião entre o Diretor Regional do Ambiente e do Mar de então, Frederico Cardigos e a comunidade jorgense, da qual 29 organizações locais esteve presente. Segundo o coordenador do projeto, este estatuto:

“(...) permitia, por um lado, enquanto cooperativa, salvaguardar o caráter participativo e emergente do projeto, portanto dependeria dos jorgenses e das organizações de São Jorge. Mas por outro lado contaria com o apoio do Governo Regional. Esta proposta tinha surgido no primeiro encontro das Jornadas Ecomuseológicas (...) É lá é que foi discutida esta questão e sugerida esta hipótese de régie cooperativa.” (Guimarães, entrevista a 29/01/2021)

O coordenador afirma ainda que consultou o Instituto António Sérgio de forma a conhecer se o estatuto era viável do ponto de vista jurídico, encontrando que a resposta era afirmativa. No entanto, relata que o Diretor Regional do Ambiente e do Mar, respondeu-lhe transmitindo que segundo o parecer jurídico dos juristas da Direção Regional do Ambiente, o estatuto era impossível.

Em 2009, a necessidade de preservação das áreas protegidas de São Jorge procedeu à criação do Decreto Legislativo Regional n.º 10/2011/A. Deste modo, é criado o Parque Natural de São Jorge, integrando todas as áreas protegidas da ilha²⁴. Guimarães alega que:

“O projeto fica refém da decisão do Governo Regional relativamente à figura jurídica da entidade que deveria gerir o projeto. Após um processo negocial intensamente participado da população e à revelia do que ficara democraticamente decidido, o Governo opta por inserir a gestão do Ecomuseu no Parque Natural de São Jorge, afastando do processo decisório as

²³ Importante referir que esta questão foi debatida nas Jornadas Ecomuseológicas de São Jorge no dia 14 de junho de 2008, sendo lá que, segundo Eduardo Guimarães, se discutiu pela primeira vez o estatuto de régie cooperativa. A proposta de debate foi: “Sendo o Ecomuseu uma forma de valorizar e dar sentido ao espaço territorial, qual é a figura jurídica mais adequada para o Ecomuseu?” (Fonte: Folheto informativo “Jornadas de Ecomuseologia”).

²⁴ Fonte: <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-legislativo-regional/10-2011-277642>.

câmaras municipais, as juntas de freguesia e todas as organizações não governamentais da ilha.”²⁵

Face a estas adversidades, o coordenador do projeto, Eduardo Guimarães sai do projeto, referindo que:

“(…) não pretendia participar num processo que traía os jorgenses e negava a essência do projeto uma vez que o Ecomuseu de São Jorge tinha por base “um acordo das comunidades em que pessoas ou entidades que estão na posse de recursos do património natural, cultural e paisagístico se comprometem na sua conservação e valorização.” Face às decisões políticas assumidas pelo Diretor Regional do Ambiente, Dr. Frederico Cardigos, o Ecomuseu da ilha de S. Jorge deixaria de ser “um processo dinâmico através do qual as comunidades de São Jorge participam na conservação, valorização e gestão de recursos patrimoniais, organizadas num sistema de redes multirelacionais, numa perspetiva de desenvolvimento da comunidade.”²⁸

Após a saída do mentor do projeto, começou-se a perder dinamismo e entusiasmo por parte dos jorgenses. O EmSJ ficou sob tutela do Diretor do Serviço de Ambiente da Ilha de São Jorge, desmantelando-se a o Ponto de Rede Focal e o seu website.

Esta situação fez surgir, por parte do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda – Açores, um voto de protesto, apresentado a 5 de julho de 2012. Esta intervenção acusa o Governo de se ter apropriado de um projeto emergente e participativo:

“Em S. Jorge, em julho de 2009 realizou-se uma reunião com 29 organizações locais, para se discutir o futuro do Ecomuseu de São Jorge. O projeto estava em elaboração desde 2006 e a participação maciça da população, assinalava o seu interesse genuíno pelo projeto. Nessa reunião, a população foi unânime na aprovação pela continuação do projeto do EcoMuseu tal qual ele tinha sido delineado pelo seu coordenador.

Mas foi também nessa reunião que aconteceu o que o programa do Partido Socialista de 2008 parecia profetizar: o fim de um projeto que sempre tivera o Governo Regional como parceiro, mas que, não era domável e, por isso, perigoso.

(…) O que se passou em seguida é sobejamente conhecido pelos Jorgenses. Foram desmanteladas as redes que integravam o Ecomuseu, abandonadas as ligações que tinham sido estabelecidas com diversos investigadores que colaboravam pro bono na validação científica do projeto, canceladas as atividades já em andamento e que faziam parte de uma estratégia conhecida por todos os participantes, com metas claras e previamente planeadas, e finalmente,

²⁵ Fonte: Esclarecimentos prestados por email por Eduardo Guimarães a 09.09.2021.

²⁸ Idem.

foram afastados os participantes que, até então, tinham estado empenhados na criação do Ecomuseu.

A entidade 'Ecomuseu', que mais tarde foi agregada ao Parque Natural de Ilha de São Jorge, consagrado no artigo trigésimo primeiro do Decreto-Legislativo Regional n.º 10/2011/A, já não é o projeto acarinhado pela população e pelas organizações que o viram nascer.

O Ecomuseu na sua conceção inicial e segundo os promotores do projeto, num folheto oficial do projeto, com assinatura das Câmaras das Velas, da Câmara da Calheta e do Governo Regional, é definido como “um instrumento construído e posto em funcionamento com uma autoridade pública em conjunto com a população local(...); um laboratório que permite o estudo do passado e do presente da população e do seu ambiente; um centro de conservação, ajudando a preservar e a desenvolver a herança cultural e natural da população; uma escola porque envolve a população no seu trabalho de estudo e proteção e a encoraja a ter uma participação esclarecida na construção do seu próprio futuro.”

Era, portanto, um projeto que via as populações como verdadeiras empreendedoras. Os protagonistas eram as pessoas, as freguesias e as inúmeras organizações que lutam pela defesa dos lugares, como as fajãs, e pelo património material e imaterial.

Pela multiplicidade de questões que colocava, pela participação que gerava e pelo entusiasmo que galvanizava, este projeto constituía um precioso instrumento de desenvolvimento da Ilha de São Jorge.

Mas o medo e a sede de dominar do Governo Regional, com a conivência do Partido Socialista, mostrando uma profunda falta de cultura democrática bem como uma arrogância sem limites, perpetraram um claro ato censura, de forma premeditada, ao substituir o projeto inicial do Ecomuseu por um outro, no qual a população se deixou de rever (...)²⁶

Este voto foi rejeitado por maioria.

Para além de ser necessário abordar o caso do EmSJ no sentido de se contextualizar a presença da ecomuseologia no arquipélago dos Açores, esta experiência serviu como uma forma de melhor se contextualizar o caso de estudo desta dissertação. Apesar de não se ter concretizado nos moldes como pretendidos no seu início, é importante analisar-se vários aspetos sobre o caso.

Nota-se que o surgimento deste projeto nasce de uma forma emergente. Ou seja, confrontados com os problemas do território, principalmente o fraco desenvolvimento da ilha face a ilhas como o Pico, Terceira e São Miguel, fez-se surgir diversas iniciativas que

²⁶ Fonte: “Voto de Protesto” disponível em http://base.alra.pt:82/4DACTION/w_pesquisa_registo/1/1110.

permitiram refletir e pensar sobre o território. Por conseguinte, a ideia de se introduzir uma estrutura ecomuseológica foi sendo cada vez mais debatida como uma das potenciais soluções a esses problemas.

A partir das iniciativas do encontro do Dia da Terra em 2001, com o workshop para a criação do PRESDA em 2003, e o debate de ideias para a realização do trabalho do curso em Ordenamento do Território e Planeamento Ambiental, 2003-2004, da Universidade Nova de Lisboa, foi-se cada vez mais desenvolvendo o interesse dos jorgenses num projeto ecomuseológico na ilha. A partir dessas atividades, e quando se iniciou o processo de criação de anteprojecto, a participação da comunidade jorgense começou a se expandir.

Isto identifica-se, principalmente:

- Na participação em espaços de debate sobre o desenvolvimento da ilha de São Jorge, nos quais a ideia de ecomuseu foi sendo cada vez mais desenvolvida;
- Como já desenvolvido, no programa plurianual “Caminhos da Memória”;
- Na constituição de uma Comissão Instaladora que integrava grupos de trabalho abertos à participação de qualquer cidadão, ficando cada grupo responsável por uma área temática do ecomuseu;
- Na integração da população na Rede do Ponto Focal, que assegurava o acompanhamento e a participação da população em todo o processo de institucionalização social do ecomuseu;²⁷
- Na escolha pública do logotipo para o Ecomuseu de São Jorge;
- Na campanha ambiental “SOS Cagarro”, coordenada na altura pela Ecoteca de São Jorge, que passou a ser um programa integrante da ação ecomuseológica, que, segundo Guimarães, contou com a participação de dezenas de colaboradores e de toda a população em geral;
- Na forte participação dos cidadãos nas Primeiras Jornadas Internacionais de Ecomuseologia de São Jorge;

²⁷ Anexo B: Exemplo de Literatura Distribuída à População de São Jorge.

- Na participação “massiva e enérgica” das organizações de São Jorge no processo negocial com o Governo Regional, representado pelo diretor Regional do Ambiente, Frederico Cardigos;

Assim como o professor Eduardo Guimarães refere, o projeto do Ecomuseu de São Jorge, apesar de não se concretizar nos moldes pretendidos pela população jorgense, contribuiu para uma dinamização sociocultural da ilha e para o reforço dos laços entre os habitantes. À vista disso, várias atividades foram surgindo que foram estimuladas pelo projeto do ecomuseu, apesar de não estarem diretamente relacionadas com o mesmo. Por exemplo, na participação e colaboração da população em projetos de investigação e inventariação²⁸, na criação de associações²⁹, na publicação de vários livros³⁰ e na participação em programas de educação patrimonial.

No contexto desta investigação, é importante salientar que este caso indicia que é possível incluir a comunidade num processo de criação de um ecomuseu. Apesar de não se concretizar nos moldes pretendidos, ou apesar de não se ter consubstanciado numa instituição museológica fragmentada, este ecomuseu, enquanto projeto participativo, conseguiu obedecer a alguns dos propósitos da ecomuseologia. Foi um projeto que envolveu a comunidade local, várias instituições públicas, como privadas, bem como especialistas académicos, permitindo que os residentes refletissem sobre o passado, o presente e o futuro da sua ilha.

Foi necessário, no entanto, contar com o apoio do Governo Regional, tanto pelo apoio na gestão e financiamento do projeto. A falta deste apoio e a integração do ecomuseu na gestão dos parques naturais, fez com que o projeto fosse perdendo cada vez mais o entusiasmo por parte dos residentes. O coordenador do projeto manifesta que:

“O aspeto, na minha opinião, mais negativo deste *takeover* é que nós perdemos estas pessoas. Estes jovens que participaram nesse processo e que estavam entusiasmadíssimos e que pensaram, em certo momento, que seria possível construir um São Jorge diferente. Construir uma sociedade onde o cidadão comum pudesse participar nos processos decisórios. Acabou com isto por se perceber que afinal o jogo está viciado. E a maior parte deles retiraram-se, já não

²⁸ Como no caso da colaboração na inventariação do património imóvel de São Jorge, como na colaboração com investigadores no âmbito da antropologia cultural.

²⁹ Guimarães refere às associações como as dos Baleeiros e a Associação da Fajã de São João.

³⁰ Cujo, segundo o professor Eduardo Guimarães, o caso mais significativo foram os livros da autoria de Clímaco Cunha.

aparecem em nada, não querem saber de nada. E é uma desilusão.” (Entrevista a Eduardo Guimarães em 06.01.2021).

CAPÍTULO 3

O Ecomuseu do Corvo

3.1. Contextualização do Caso de Estudo

Situada no Grupo Ocidental, a ilha do Corvo é a ilha mais pequena do Arquipélago dos Açores, com uma área de 17,21 km². É também a ilha com menor população, com 386 habitantes³¹. Esta ilha destaca-se das restantes ilhas dos Açores pela sua dimensão geográfica, pela sua história e pelos recursos que possui. Todos estes fatores têm um impacto na organização social da ilha, na economia e no setor cultural.

3.1.1. Contextualização Geográfica e Histórica

De origens vulcânica, a ilha do Corvo e a ilha das Flores situam-se na Placa Norte-Americana, responsável pela sismicidade e erupções vulcânicas que se ocorreram ao longo dos anos. A ilha possui um relevo simples, correspondendo essencialmente a um cone vulcânico, um estratovulcão, constituído essencialmente por rochas basálticas (Medeiros, 2016: 14). Este cone, conhecido como o Caldeirão surge de um abatimento de um vulcão que possuía cerca de 1500m de altitude que originou uma caldeira (Medeiros, 2016: 14).

As características geomorfológicas do Corvo, como o seu relevo acidentado e os ásperos declives não favoreceram a ocupação humana, sendo que a plataforma meridional surgiu como o local indicado para o início da ocupação humana (Medeiros, 2016: 15). Em termos do seu clima, não varia do tempo habitual das restantes ilhas, considerado como temperado oceânico: registando-se reduzida amplitude térmica diurna e anual, uma diminuição de chuvas no verão e depressões e tempestades diversas no inverno (Medeiros, 2016: 16).

Apesar do solo vulcânico, Medeiros (2016: 16) regista que o forte declive impõe limitações severas no modo de uso. Deste modo, historicamente a ilha não possuiu grande variedade de produção, registando-se a presença do cultivo do milho, de diversos legumes, do linho, do pastel e da junça. É importante destacar que, apesar do cultivo da junça se encontrar nas restantes ilhas dos Açores, só no Corvo esta planta seria utilizada para a alimentação. Para além desta produção agrícola, regista-se que se predominou na ilha a caça de aves, a pesca e a criação de ovelhas e gado bovino. Mendonça (2016: 18) relata que chegou a existir exportação

³¹ Fonte: Dados Preliminares do Censos 2021, INE

para a Terceira (ilha que centralizava o comércio dos Açores) de lã, linho, panos, manteiga, favas, batatas e courama.

Ao contrário de todas as restantes ilhas açorianas, que foram encontradas por navegadores portugueses na 1ª metade do século XV, as ilhas das Flores e do Corvo foram encontradas pelo piloto português Diogo de Teive, em 1452, o que acabou por se assumir como uma unidade geográfica e administrativa individualizada (Mendonça, 2016). O povoamento da ilha possuiu várias tentativas sem sucesso até 1548, quando o Capitão Donatário das ilhas das Flores e Corvo, Gonçalo de Sousa, utilizou escravos provenientes de Cabo Verde possuidores de conhecimentos em agricultura e criação de gado.

Entre o século XVI e XVII, o Corvo foi alvo de invasões e saques de piratas e corsários. A agressão mais referenciada é a de 23 de junho de 1632. Segundo Riley (1993), durante 10 horas, o Corvo resistiu “surpreendentemente” a uma agressão que, em caso de sucesso, teria comprometido seriamente o povoamento da ilha. Esta invasão gerou uma lenda que relata que Nossa Senhora do Rosário protegeu os corvinos da invasão das balas disparadas pelos invasores. Foi também no século XVII que o Corvo foi elevado a paróquia.

Apesar de se introduzir o milho no resto do arquipélago no século XVII, de forma a suportar o crescimento populacional, no Corvo, os moradores iam-se sustentando com batata doce, o milho, o centeio e alguns legumes (Leite, 2016). A falta do trigo, que praticamente era todo encaminhado para o pagamento da renda e dos dízimos, fez com que esta população vivesse miseravelmente (Leite, 2016). Como forma de sustento alimentar, consumiam o agora célebre pão negro de junça (Leite, 2016).

No século XIX, após as guerras liberais, Pedro IV eleva a povoação à categoria de Vila. Mouzinho da Silveira, ao reconhecer, na sua visita à ilha, as condições precárias da população, propôs reduzir o pagamento do trigo para metade. Esta atitude do estadista foi reconhecida e apreciada pelos corvinos, ao ponto de hoje ser o patrono da escola secundária e básica da Vila do Corvo. No século XIX, o Corvo foi visitado pelos irmãos Bullar e pelo príncipe Alberto I do Mónaco, que recolheu documentação fotográfica da ilha³², e em 1924 por Raúl Brandão, que relatou a vida comunitária dos corvinos, bem como o seu isolamento.

³² Podem ser consultadas na obra *Memórias Corvinas* (2001).

É também importante realçar que, ao longo da sua história, e devido principalmente às condições de vida, a população corvina emigrou principalmente para países como os Estados Unidos e Canadá. No século XVIII, registou-se a existência de emigração clandestina, fruto de recrutamento para barcos baleeiros. No século XX, tal como nas restantes ilhas, igualmente existiu emigração para esses países, o que contribuiu para o despovoamento da ilha³³.

Chegou a existir fabrico artesanal de queijo, trabalhos de lã e produção de queijo na Cooperativa Agrícola Corvense, fundada em 1936, mas hoje encontra-se extinta (Mendonça, 2016: 21). É no século XX que também o Corvo começou a desenvolver os seus serviços mínimos, existindo pela primeira vez um médico residente na ilha e inaugurando-se o Aeródromo do Corvo. Tal como Carlos Mendonça (2016: 27) retrata:

“O setor primário continua a prevalecer, mas o alargamento decisivo da rede de relações com o exterior constituiu o fator determinante das transformações ocorridas, e condicionou um maior peso do setor terciário. É cada vez mais fácil e mais rápido obter a partir do exterior bens indispensáveis, as pessoas passaram a deslocar-se com facilidade para fora da sua ilha, muitas vêm visitá-la de fora. A maneira de viver mudou. A generalidade das casas dispõe de equipamentos eletrodomésticos variados, os velhos carros de bois desapareceram, surgiram dezenas de viaturas, para além das motocultivadoras e das motorizadas, os modernos meios de comunicação social, designadamente a televisão, estão ao alcance de todos. É claro que, para tudo isto, contribuem remessas dos emigrantes e a transferência de fundos, a nível oficial. Mas a verdade é que os habitantes do Corvo encontraram novos rumos na sua existência, novas formas de enraizamento na sua ilha (...)”

3.1.2. Tradições e Património do Corvo

A Festa em Louvor do Divino Espírito Santo, uma festividade histórica no Arquipélago dos Açores, era celebrada na ilha do Corvo no sétimo domingo após o Dia de Páscoa. A partir dos anos 80, a Festa começou a ser realizada no segundo domingo do mês de julho, de forma a ser possível a participação dos emigrantes, que se deslocavam em maior número à ilha (Pimentel, 2017: 16). As celebrações associadas ao Culto do Espírito Santo, além de ser identitário da cultura açoriana, são manifestadas de diferentes formas nas nove ilhas, ou até nas várias freguesias de cada ilha (Silva, 2019: 227).

³³ Segundo o Instituto Nacional de Estatísticas, em 1900 existiam 808 residentes na ilha do Corvo.

No Corvo, estas celebrações demonstram, para além da sua fé, um espírito de entre ajuda e de mobilização da comunidade. Na segunda-feira da “semana do vodo” é realizado o rol da carne, o levantamento de carne que cada irmão deseja comprar³⁴. Na quarta-feira, o gado é abatido na Casa de Matança. Até 2001, a matança era primeiro realizada no Porto Novo, mais tarde no porto do Boqueirão e no Porto da Casa, quando os dois primeiros estavam inacessíveis, mas por questões de saúde pública, a matança decorre na Casa da Matança. (Silva, 2019: 233). É também na quarta-feira que se realiza os preparativos para as Sopas do Espírito Santo, uma tradição que se iniciou em 2003. No dia seguinte, a carne é partida e separada no Largo do Outeiro, outrora coração da Vila do Corvo, onde se localiza a Casa do Espírito Santo, para ser distribuída na sexta-feira (Silva, 2019: 233).

Esta tradição, tal como Silva (2019) relata, sofreu várias alterações, sendo que hoje é necessário deslocarem-se à Casa do Espírito Santo para se recolher a carne, quando que até há quatro décadas era transportada por jovens e crianças, de porta a porta, em tabuleiros, originando momentos de “grande rebuliço e alegria”. No Domingo, decorrem as distribuições das Sopas da Trindade³⁸, a Procissão, a missa e a celebração das Sopas, onde se juntam a maioria da população à mesa.

A Casa do Espírito Santo, da data de 1871, é um edifício localizado no Largo do Outeiro que, apesar da sua simplicidade, tem uma riqueza enorme por todo o simbolismo que representa para o povo corvino (Pimentel, 2017: 30). No seu interior possui um altar onde se pode encontrar as principais Coroas ladeadas pelas imagens de S. José, S. Pedro e Bandeiras (Pimentel, 2017: 30).

No Corvo, a lã é um produto identitário, sendo utilizado para a criação de itens como os casacos de lã (conhecidos como a “Garota”) as colchas, tal como a barreta³⁵, bem como existiu uma tradição em torno do tosquiar das ovelhas – o Dia da Lã. Segundo Fernando Pimentel (2017: 40), devido a um crescente número de ovinos no século XX, os lavradores chegaram à conclusão que era praticamente impossível cada um ir individualmente buscar as suas ovelhas

³⁴ A distribuição da carne chegou a ser distribuída de forma igualitária. Silva (2019: 31) relata que mesmo as famílias com falta de posses chegavam a receber “um peso” de carne de forma discreta pelos Cabeças da Festa. ³⁸ Três membros da Comissão saem pelas ruas da Vila transportando cada um uma terrina com as Sopas que são entregues às três primeiras pessoas que encontrarem (Silva, 2019: 235).

³⁵ As barretas do Corvo, um produto registado e patenteado nos Açores e na Europa, são hoje produzidas por uma única artesã, Rosa Mendonça. O motivo encontrado na barreta já se encontra em fotografias do início séc. XX e, tal como transmitido numa reportagem da RTP Açores, tem havido muita procura por estes artigos.

para a tosquia. Deste modo, decidiram unirem-se e juntar todo o gado ovino para ser tosquiado em conjunto.

Este dia, que posteriormente se denominou como “Dia da Lã”, realizava-se na última semana do mês de maio para o local dos Lagos, segunda-feira do Espírito Santo, podendo assim aproveitar as sobras do dia anterior (Pimentel, 2017: 40). Para além de ser uma forma de a comunidade da vila organizarem as tosquias das ovelhas, esta tradição possibilitava momentos de celebração e de convívio. Apesar de ser um dia marcante para a sociedade corvina, esta tradição terminou definitivamente no mês de junho de 1969, altura em que os Serviços Florestais proibiram a permanência dos ovinos no baldio (Pimentel, 2017: 48). É importante salientar que esta imposição dos Serviços Florestais que fizeram desaparecer as ovelhas na ilha, gerou descontentamento por parte da população.

Na vila encontram-se moinhos, atafonas e moagens dos quais não existem certezas sobre as suas origens. Segundo Fernando Pimentel (2017: 79), chegaram a existir cinco atafonas e laboraram sensivelmente até aos anos sessenta do século passado; O único moinho de água foi construído nas margens da lagoa do Caldeirão em 1938 e funcionou até aos anos cinquenta do século vinte. Existiram duas moagens que estiveram em funcionamento até aos anos oitenta do século passado. Reporta também que existiram um total de seis, sendo que três foram demolidos na construção do aeródromo e os outros ainda se mantêm, embora sem laborarem, função que exerceram até aos anos oitenta do século XX.

Importante também salientar que o Casco Velho, o núcleo urbano antigo da Vila do Corvo foi, em 1997, classificado como área protegida pela Resolução n.º 69/97. Neste contexto, salienta-se que a arquitetura das casas do Corvo, mais propriamente, a casa vernácula do corvo com traços originais típicos da ilha, foi estudada em diferentes publicações: no âmbito da monografia do geógrafo Carlos Medeiros de 1967, *A Ilha do Corvo*, que depois foi ampliada na obra *Arquitetura Popular dos Açores*, onde foi realizado um inquérito no terreno em 1982³⁶ e publicado pela Ordem dos Arquitetos em 2000. Foi também dedicado um artigo da autoria de João Vieira Caldas em *Inventário do Património Imóvel dos Açores*, “A casa do Corvo”.

Esta casa vernácula do Corvo, segundo Caldas (2016) com uma geometria retangular simples ou em L tem como características específicas a sua construção sistemática³⁶ com dois

³⁶ Tal como João Caldas (2016: 187) explica, apesar de existir estas mesmas características nas construções de casas como no Pico e em São Jorge, no Corvo estes aspetos são sistemáticos no Corvo.

pisos, a sua relativamente grande dimensão e o facto de corresponder à única casa vernácula açoriana de dois pisos com a cozinha no piso térreo.

3.1.3. O Turismo na ilha do Corvo

Dado que um dos objetivos do EmC é a promoção e desenvolvimento do turismo na ilha do Corvo, é necessário abordar como o fenómeno do turismo se manifesta neste território.

Tendo por base as entrevistas realizadas nesta investigação, e um artigo científico publicado por António de Almeida em 2020: *Envolvimento comunitário em ilhas de pequena dimensão e desenvolvimento turístico – o caso da Ilha do Corvo, Açores, Portugal*, podemos observar que existem várias limitações para o desenvolvimento do turismo na ilha do Corvo.

O turismo na ilha do Corvo centra-se na visita ao seu principal ponto turístico, o Caldeirão, que é normalmente feita com o recurso a uma carrinha turística ou a pé.

Dada a dimensão do território, o facto de somente existirem 48 camas disponíveis nos alojamentos, e a reduzida oferta turística da ilha, são poucos os visitantes que pernoitam no local.

Apesar de existir recursos potenciadores de um produto turístico diferenciado, tais como o seu posicionamento geográfico, o facto de se integrar na Reserva da Biosfera da UNESCO, as suas paisagens únicas, o peixe, a carne e a presença de aves migratórias, o Corvo tem pouca capacidade de retenção turística (Almeida, 2020: 154). Tal como refere, “uma grande parte dos que se deslocam ao Corvo, fazem-no na qualidade de visitantes e não como turistas (não permanecendo uma única noite na ilha, um dos requisitos essenciais para ser considerado turista), apesar das condições de alojamento e de restauração já o permitirem”. (Almeida, 2020: 154).

Assim como será desenvolvido no capítulo 3.3, o EmC, através de iniciativas como a criação da Casa do Tempo, pretende contribuir para o desenvolvimento do turismo da ilha.

3.2 O surgimento do Ecomuseu do Corvo

Da mesma forma como já foi referido na contextualização da museologia dos Açores, desde 1977, com a implementação do Decreto Regulamentar Regional n.º 25/77, que existem tentativas de se estabelecer uma estrutura museológica nos Açores. Legislações posteriores,

como o Decreto Regulamentar Regional n.º 40/91/A, que refere à criação de uma extensão do Museu das Flores da ilha do Corvo, como o Decreto Regulamentar Regional n.º 36/2000/A, que estabelece a criação do Museu do Corvo, foram decretos que não foram capazes de criar uma estrutura museológica nesta ilha.

É relevante referir que, ao longo deste processo, existiu uma considerável pressão política pelo deputado Paulo Estêvão, líder do Partido Popular Monárquico dos Açores. Numa intervenção a 13 de dezembro de 2011, manifestou-se pela ausência de uma instituição museológica na ilha do Corvo:

“Meus senhores! Há muito que luto para que seja construído um museu na ilha do Corvo. Há muito que assinalo a injustiça que se está a cometer com aquele povo. Desde as eleições de 2000 - o primeiro ano em que concorri a umas eleições regionais - que a construção de um museu na ilha do Corvo faz parte dos meus programas eleitorais (...) A ilha do Corvo é a única comunidade insular açoriana a quem este Governo ainda não reconheceu, ao fim de 15 anos, a sua singularidade histórica. Digo isto porque que ao negar-se-lhe o seu museu, se lhe negou, em simultâneo, a dignidade do seu percurso histórico. Negou-se-lhe o seu papel na História dos Açores. Negou-se a memória a dezenas e dezenas de gerações de corvinos que escreveram extraordinárias páginas de solidariedade e de sobrevivência.”³⁷ (Paulo Estevão, PPM/Açores)

Também de grande relevância neste discurso, foi o facto de ter doado ao Governo Regional um edifício seu, para que nesse se implemente um Museu de Ilha:

“(...) informo que doarei à Região Autónoma dos Açores um edifício que possuo na Vila do Corvo, com o fim de que aí se possa instalar o futuro Museu da Ilha. Esta doação é irreversível e tornar-se-á efetiva nos próximos dias. Trata-se de um edifício que precisa, neste momento, de uma grande intervenção, mas que possui uma ótima localização e um considerável interesse patrimonial, uma vez que se trata de um edifício classificado, cuja construção inicial data do século XVII.”⁴²

Esta casa, situada numa zona histórica da Vila, conhecida como o “Casco Velho”, é onde hoje se encontra a Casa do Tempo do Ecomuseu do Corvo.

³⁷ Discurso [de 13 de dezembro de 2011] – Projeto de Resolução: (Recomenda ao Governo Regional que adquira objectos de valor cultural e patrimonial que possam testemunhar o percurso histórico, a identidade etnográfica e as práticas culturais específicas da população corvina), http://base.alra.pt:82/Doc_Intervencao/I1298.pdf, consultado em 14.07.2021.

⁴² Idem.

No contexto desta investigação, é pertinente realçar que neste debate de 13 de dezembro de 2011, existiam perspetivas sobre a possível estrutura museológica de um museu na ilha do Corvo que vão ao encontro das ideias da Nova Museologia. Como exemplo:

“Queria chamar à atenção, porque é algo que serve para toda a região: os museus, cada vez mais, não podem ser armazéns de objetos, não podem ser lugares onde se vão depositar aquilo que as pessoas não querem, ou que acham que não tem valor. Os museus têm de ser espaços dinâmicos, vivos, onde as pessoas aprendam, a partir de um pequeno objeto, a conhecer um povo, a conhecer uma realidade. Tem de recorrer, inclusive, das novas tecnologias para fazer mergulhar na história, fazer mergulhar na memória das próprias pessoas. E os testemunhos das pessoas são muito importantes. (...) Acho que [os corvinos] são um povo com uma riqueza muito própria, muito viva, muito atual. Quase que diria que é um museu vivo”.³⁸ (Piedade Lalanda do Partido Socialista)

Em 2013, surge a Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 11/2013/A, da iniciativa do PPM/Açores, que recomenda ao Governo Regional a criação do Museu da Ilha do Corvo. Esta legislação surge como uma “(...) evolução lógica, justa e adequada da Rede Regional dos Museus dos Açores (...)”, sendo “(...) algo absolutamente decisivo no âmbito da preservação e da divulgação do património de todas as comunidades insulares do território da Região Autónoma dos Açores”. Esta Resolução resolve recomendar ao Governo Regional que:

1. Promova a realização de um estudo que conceba um projeto museológico adequado às características históricas, culturais e patrimoniais da ilha do Corvo;
2. Concretize o projeto museológico que resultar do estudo referenciado, no âmbito da atual legislatura.”³⁹

No debate sobre a legislatura, voltam a debater a estrutura museológica do museu a ser implementado na ilha do Corvo:

“Devo dizer que concordo com várias opiniões que tem vindo a público sobre este assunto, que é o facto da vila [do Corvo] ser tão pequena, e o casco histórico ser tão importante. Temos de ter uma visão de um projeto museológico que tenha um contexto alargado. Não se chinga apenas aquele edifício, mas que seja devidamente inserido num contexto daquela que é a identidade da

³⁸ Consultado no website Parlamento Online, em 15.07.2021: <https://video.alra.pt/Asset/Details/29600d2d-aebf43c9-9197-c98e31a0f991>.

³⁹ Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 11/2013/A, consultada em 14.07.2021 em <https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/496728/details/maximized?dreId=135255>.

vila e das características arquitetónicas, com a própria história dos edifícios e a própria história dos objetos.”⁴⁰ (Deputado Paulo Estêvão do PPM/Açores).

Nessa perspetiva, o então Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura, Luiz Fagundes Duarte, desenvolve na Assembleia, pela primeira vez, a estrutura museológica a ser implementada na ilha:

“Teremos, no entanto, que recordar aqui um pouco da história desse processo que teve o seu início efetivo com a classificação do núcleo histórico da Vila do Corvo, como conjunto de interesse público, o que já traz em si, subjacente, a ideia consolidada de que o Corvo já tem de facto o seu museu: a própria vila, com as suas casas, as suas ruas, as suas pessoas, as suas vivências, as suas tradições vivas. Neste sentido, a Direção Regional da Cultura, em parceria com a Câmara Municipal do Corvo e o Serviço da Direção Regional do Ambiente, sedeados na ilha, tem vindo a desenvolver um trabalho que considera toda a zona classificada do Corvo como um ecomuseu. O que se traduzirá na reabilitação e conservação do edificado (...), valorizando e disponibilizando aos visitantes uma visão de usos costumes e vivências dos corvinos. Envolvendo a atual população da ilha, o projeto pretende ser dinamizador, ao nível económico e cultural, assim como transformar-se num elemento unificador da população em torno da sua identidade intrínseca. Nomeadamente, através do apoio ao nível da reorganização dos espaços, com o intuito de criar uma dinâmica participativa da comunidade, atendendo aos conhecimentos e competências no âmbito de processos e técnicas adicionais de que é detentora, permitindo, desta forma ir ao encontro do conceito e objetivo de um museu. Que não se traduz de uma mera acumulação de objetos e coleções num determinado local, mas que procura recorrer, e utilizar os testemunhos materiais e imateriais, que permitem compreender, explicar e experimentar também a realidade social, económica, tecnológica e histórica da comunidade local. Com o intuito de situar os objetos do espaço e do tempo, irá procurar recorrer-se a todos os corvinos que sempre utilizaram e ou criaram esses objetos para que continuem a fazer o seu trabalho de forma a reconstituir-lhes, em certa medida, o respetivo sentido prático e funcional, uma vez que a parte integrante do ecomuseu tudo quanto possui valor cultura e tudo o que está vivo e é utilizável pela população. O enraizamento do ecomuseu na comunidade local é fundamental. E só se torna exequível através da participação ativa e voluntária da população nas várias atividades desenvolvidas, sendo que para tal é fundamental motivar, esclarecer, auscultar e envolver toda a população nos vários projetos a pôr em prática.”⁴⁶

⁴⁰ Consultado no website Parlamento Online, em 15.07.2021: <https://video.alra.pt/Asset/Details/c96bf174-37ba45de-ad03-dfae317dd8ed>.

No processo de decisão da estrutura a aplicar, esteve envolvido o então Diretor Regional da Cultura, Nuno Ribeiro Lopes. Segundo o próprio⁴¹, considerou-se o facto de que o que interessava no Corvo, eram as pessoas, e que as mesmas divulgassem a própria cultura e costumes. É importante também destacar que o arquiteto Nuno Lopes ter participado nas Jornadas Ecomuseológicas de São Jorge, e ter acompanhado o processo de criação do Ecomuseu de São Jorge. No *Projeto de Intervenção Museológica* do EmC de 2014, redigido pelo professor Eduardo Guimarães, pela arquiteta Manuela Lara e por Nuno Ribeiro Lopes, afirmam que:

“(…) proceder à instalação de um museu nos moldes da estrutura museológica tradicional, ou seja, um museu confinado a um edifício que, por natureza, se destina à exposição pública de uma determinada coleção, seria, no caso, um projeto demasiado limitador e, sobretudo, desajustado da realidade da ilha e do “acervo” a “expor”. (Guimarães, Lara & Lopes, 2014: 2).

A implementação de uma instituição cultural na Vila do Corvo teve também o propósito de ser uma entidade que protegesse o núcleo urbano antigo da Vila do Corvo, classificado como conjunto de interesse público pela Resolução n.º 69/1997, de 10 de abril. Segundo o *Projeto de Intervenção Museológica* do EmC, notam que:

“(…) tal classificação não tem, até agora, produzido relevantes benefícios, quer no que respeita à qualidade de vida da população, quer no âmbito da salvaguarda do bem classificado, porquanto são hoje evidentes os sinais de degradação física e de abandono dos imóveis, muitos dos quais em avançado estado de ruína.”

O estado desta zona classificada foi também debatido no âmbito da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 11/2013/A, tendo o deputado Paulo Estêvão testemunhado que:

“(…) metade dos edifícios que foram então classificados já estão completamente descaracterizados. Ou seja, em apenas 17 anos, nós perdemos metade do património construído na ilha do Corvo, que foi devidamente classificado pelo Governo Regional” (Deputado Paulo Estêvão do PPM/Açores)”

Numa entrevista no âmbito desta investigação ao então coordenador do projeto do EmC, Eduardo Guimarães, expressa que:

⁴¹ Entrevista por telemóvel a 20.07.2021.

“Aconteceu aquilo que é, infelizmente, muito comum. Atribuiu-se o estatuto, (...) mas não fez acompanhar um reconhecimento deste estatuto com um enquadramento que permitisse a gestão desses bens, de acordo com o estatuto de património. Então, impunha-se uma solução que respondesse a essas necessidades. Por um lado, ter um museu, e que respondesse a necessidade de gerir de forma, não só, adequada [mas] que promovesse o desenvolvimento do Corvo. E Nuno Lopes tem a ideia de que o museu do Corvo seria um ecomuseu. Portanto, é ecomuseu, não só do Casco Velho, [mas também é] ecomuseu do Corvo”. (Entrevista a Eduardo Guimarães em 06.01.2021)

3.3. Apresentação do Ecomuseu do Corvo

O EmC é primeira instituição museológica da ilha do Corvo. O projeto teve o seu início em 2014, tendo o seu Gabinete de Apoio Técnico ter sido instalado em 2015. Tal como foi desenvolvido no capítulo anterior, este ecomuseu surge de uma iniciativa do Governo Regional, de forma a instalar uma instituição museológica na única ilha que não possuía um espaço museológico.

Situado na ilha do Corvo, este museu é identificado como:

“(...) uma atividade que inclui recursos culturais e naturais *in situ*, designadamente na Ilha do Corvo, e por uma estratégia de desenvolvimento sustentável, atenta aos interesses e à participação da comunidade, com o pressuposto de que o modelo de museu tradicional não é o que melhor traduz a identidade cultural da ilha e dos Corvinos”⁴².

Atualmente, este ecomuseu caracteriza-se também como um:

“(...) projeto de intervenção museológica que visa garantir a salvaguarda e a afirmação do património natural, cultural, histórico e paisagístico, nas suas dimensões tangível e intangível e, concomitantemente, promover o desenvolvimento local e a qualidade de vida da população da ilha do Corvo. Trata-se assim de um processo dinâmico através do qual a comunidade preserva, interpreta e gere o seu património para o desenvolvimento sustentável. Promove, desta forma, o reconhecimento e a afirmação da identidade do lugar e atua como instrumento catalisador do desenvolvimento socioeconómico local, capaz de gerar riqueza e de servir os interesses da comunidade.”⁴³

⁴² Fonte: Decreto Regulamentar Regional n.º 3/2020/A.

⁴³ Fonte: “Ecomuseu do Corvo: Plano de atividades 2021”.

Atualmente, a equipa⁴⁴ é composta pela Diretora Deolinda Estêvão, exercendo funções desde fevereiro de 2021, e por dois técnicos superiores: Andreia Silva, que entrou no projeto em 2017, substituindo o coordenador Eduardo Guimarães, e Manuel Oliveira. Até à inauguração da Casa do Tempo, a única estrutura física pertencente ao ecomuseu era o Gabinete de Apoio Técnico.

Em 2020, com o Decreto Regulamentar Regional 3/2020/A de 27 de janeiro, o EmC passou a se integrar nos Serviços Externos da Direção Regional da Cultura, sendo o único serviço externo dependente da DRC na ilha.

Em termos dos seus polos, o EmC inaugurou, em novembro de 2019, a Casa do Tempo. É uma das estruturas físicas visitáveis do ecomuseu, contruída como a intenção que seja um ponto de partida para quem visite a ilha, dando a conhecer o território, e motivando a sua exploração. Em exposição, existe uma cronologia que dá a conhecer os principais momentos da história do Corvo, acompanhados de alguns objetos em exposição e apresentações multimédias disponíveis para assistir. Possui também, em computadores disponíveis para consultar, recolhas orais realizadas pelo EmC das quais será possível, através de testemunhos, conhecer algumas tradições como o Dia da Lã, a produção do queijo, bem como todas as festas e práticas religiosas. Como será desenvolvido, possui também um arquivo fotográfico fruto de uma ação participativa. De acordo com a Diretora Deolinda Estêvão, depois de se visitar a Casa do Tempo:

“(...) as pessoas, de acordo com os seus interesses, escolhem o que querem visitar. Se querem fazer um percurso pedestre, temos lá essa informação. Se querem fazer uma visita ao núcleo antigo da Vila, nós também temos um circuito interpretativo da Vila que pode ser feita autonomamente através de um desdobrável. Ou, se solicitarem, [podem fazer um circuito interpretativo] através de um técnico [do Ecomuseu]. Depois também temos os circuitos culturais, digamos assim. O circuito de Carlos Jorge Nascimento, natural da ilha do Corvo, que emigrou para o Chile e reconhecido valor aqui da ilha (...), e temos também o circuito interpretativo do autor das *Ilhas Desconhecidas*, Raul Brandão.”

O outro espaço físico que possui é o Espaço Cultural de Multiusos, incorporado como polo do EmC em abril de 2021. Este espaço permitiu uma nova abrangência nos planos do ecomuseu, fornecendo à população um espaço para o cinema, teatro, exposições, dança, música,

⁴⁴ Com o Decreto Regulamentar Regional n.º 3/2020/A, o Ecomuseu do Corvo passou a ser dirigido por um diretor, tal como os museus regionais e de ilha.

bem como eventos, tais como apresentações de livros. Segundo a Diretora Deolinda Estêvão, com este espaço permite-se que a população do Corvo “(...) também tenha acesso a essas novas manifestações culturais”:

“Tudo isto permite alargar a missão até agora atribuída ao Ecomuseu. Ao lado da preservação da identidade comunitária, das tradições ancestrais é desejável percorrer os caminhos da modernidade assentes numa progressiva afirmação cultural da ilha do Corvo nas diversas vertentes artísticas e culturais. Tudo isto inserido num esforço de progresso económico e social, no âmbito do qual a cultura tem um papel relevante e insubstituível.”⁴⁵

Questionada sobre novos polos a serem incorporados no Ecomuseu do Corvo, a diretora Deolinda Estêvão partilha que irão conceber e anexar a Casa da Vigia, a Casa da Memória, e a Casa dos Teares.

A Casa da Vigia é um projeto a decorrer que se constitui numa estrutura aberta situada num local cujo topónimo se chama Vigia. Nesta estrutura aberta irão ter uma planta da Vila, permitindo aos visitantes apreciarem a paisagem da povoação.

Na Casa da Memória⁴⁶, planeiam implementar uma estrutura física visitável, onde pretendem recriar uma casa típica do Corvo do início do século XX. É uma casa já inventariada como património imóvel do século XVIII e XIX. Pretendem que esta casa, com valor histórico, não seja criada só para que os visitantes apreciem os objetos ligados ao quotidiano, mas ambicionam que existem lá residentes a realizar recriações de práticas como o fabrico do queijo, ou a produzir pão no forno da cozinha. Esta estrutura irá também ser criada com o intuito de responder ao desejo da comunidade corvina de terem um espaço com objetos expostos.

Andreia Silva desenvolve que:

“A partir daquele espaço e dos objetos que encontrares ali, podes contar histórias e levar os mais velhos a serem eles a servir de guias internos ali dentro. Promover tertúlias em que nos sentamos todos à mesa, ou no chão da sala (que era assim que acontecia) e vamos conversar sobre um

⁴⁵ Fonte: “Ecomuseu do Corvo: Plano de atividades 2021”.

⁴⁶ Relevante referir que a 12 de dezembro de 2019, foi debatido um Projeto de Resolução (n.º 156/XI), apresentado pelo PPM/Açores que “Recomenda ao Governo Regional que crie, no âmbito do Ecomuseu da Ilha do Corvo, uma Casa Etnográfica dotada de uma coleção de bens culturais móveis representativa da cultura tradicional e popular da ilha do Corvo.” Este projeto foi rejeitado por maioria de votos do PS/Açores. No debate sobre este Projeto de Resolução, o Deputado Paulo Estêvão do PPM/Açores volta a defender a existência de uma estrutura física visitável no Corvo, realçando que o Corvo é a única ilha que não possui tal espaço, testemunhando também que muito dos objetos já se perderam ao longo do tempo ou se estão a degradar.

tempo ou outro, ou nós vamos lançar discussão. Se há um *workshop* para fazer, vamos fazê-lo lá. (...) Vamos para lá ensinar a fazer o pão de trigo num forno de lenha. Ultrapassa e extravasa aqui os limites do que seria um museu tradicional. E é assim que respondemos às expectativas das pessoas, que querem este espaço, mas não sacrificas aqui os princípios do ecomuseu – de que deves cristalizar o património numa sala do museu e deixar lá quietinhos que nem os miúdos ou os grupos nem podem tocar ou se aproximar. (Entrevista a Andreia Silva a 30.07.2021)

O terceiro polo que pretendem montar é a Casa do Teares. A tradição da tecelagem e do “Dia da Lã”, cujo último dia que se realizou foi em 1969, teve uma importância na vida dos corvinos, sendo que, em quase todas as casas existiam um tear. Num imóvel a ser adquirido, propõe-se instalar alguns teares e colocar toda a informação relativa ao ciclo da lã. Pretende-se salvaguardar e reativar esta tradição que está a desaparecer, pois todos os teares existentes na vila foram destruídos, à exceção de um.

Este último tear (que segundo o proprietário é do início do século XX) encontra-se em estado de recuperação no âmbito da iniciativa “1.ª Campanha do Património do Corvo”, iniciado pelo EmC. Neste programa convida-se a comunidade a assistir às sessões de restauro deste tear, bem como a outras peças ligadas à etnografia do Corvo. Desta forma, tencionam recuperar, preservar e pô-lo a funcionar, em conjunto com outras réplicas a serem criadas posteriormente.

Este ecomuseu, para além de uma componente de capacitação comunitária e de desenvolvimento local, possui uma componente de arquitetura e urbanismo. Em 2016, a Secretaria Regional da Educação e Cultura e a Câmara Municipal do Corvo acordam que a Secretaria, através do ecomuseu, respondesse aos pedidos de apoio que os residentes dirigissem à CMC no sentido de reabilitação do seu património edificado. Tal como já referido, através da Resolução n.º 69/1997, o núcleo urbano antigo da Vila do Corvo foi classificado como conjunto de interesse público.

Esta classificação do núcleo antigo possibilita aos proprietários de beneficiar de uma participação, a fundo perdido, de um máximo de 50% do custo da intervenção, podendo ainda beneficiar de um apoio supletivo, calculado em função do rendimento per capita do agregado familiar até ao máximo de 75%⁴⁷. Planeou-se também criar uma instituição que

⁴⁷ Fonte: “Ecomuseu do Corvo: Projeto de Intervenção Museológica”.

igualmente contribuísse financeiramente e que servisse de intermediário entre o banco e os proprietários dos edifícios. No entanto, esta instituição acabou por não ser criada.

3.4. Iniciativas e Atividades do Ecomuseu do Corvo

Desde a sua inauguração, o EmC foi composto por direções e planos de atividades distintos. Como projeto participativo e de desenvolvimento local, várias iniciativas de educação patrimonial, de dinamização cultural e económica foram desenvolvidas. Neste subcapítulo pretende-se apresentar alguns desses projetos, de forma a demonstrar a diversidade dos programas e atividades que foram iniciados pelo ecomuseu, que vão desde programas de animação cultural, a programas de sensibilização patrimonial ao desenvolvimento económico da ilha.

3.4.1. Projeto de Cultivo da Junça

O projeto da valorização da junça (*Cyperus esculentus*) começa em 2016. Este projeto surge após um trabalho de Eduardo Guimarães de identificar aquilo que os residentes da ilha do Corvo consideram como património. A junça foi considerada património pelos residentes da vila por ser historicamente um recurso na alimentação dos corvinos na ausência do trigo. Decide-se então, em parceria com a Câmara Municipal do Corvo, encomendar as sementes da cidade de Valência, em Espanha, para serem cultivadas e criou-se um grupo de exploração gastronómica para produzir receitas adaptadas com a junça.

Não obstante, o conhecimento de como se cultivava a junça já tinha desaparecido e entrou-se assim numa estratégia de tentativa e erro. Três agricultores testaram o cultivo da semente, porém, o que se conseguiu cultivar foi em pouca quantidade. Assim como Andreia Silva explica, numa reportagem⁴⁸ à RTP Açores:

“Nós não conseguimos tirar da terra junça em quantidade suficiente para continuar a cultivar. Porque infelizmente a maior parte dos terrenos aqui no Corvo estão abandonados há muito tempo e já não estão, como se costuma dizer aqui, “mansos” suficientemente (...) A erva daninha que acompanha a junça, e que é sua parente, por assim dizer, que é o juncilho (*Cyperus rotundus*), domina”.

⁴⁸ Fonte: Reportagem da RTP Açores “Ecomuseu do Corvo quer recuperar produção de junça”, disponível em <https://www.rtp.pt/acores/local/ecomuseu-do-corvo-quer-recuperar-producao-de-junca-video-64406>.

Em 2018, não existiram agricultores interessados em cultivar a planta, apesar do interesse da população:

Fizemos mostras de produtos gastronómicos que resultaram muito bem, as pessoas adoraram provar aquilo que tinha a ver com a junça. Por exemplo, fizemos nas Sopas do Divino Espírito Santo nesse ano de 2018, no lançamento da banda desenhada de José Ruy (...) e as pessoas gostaram muito. [Mas] ninguém quer cultivar. Mas na mesma voltamos a insistir. (Entrevista a Andreia Silva a 20.07.2021)

No final de 2019 fez-se uma reunião para que as pessoas percebessem o quão vendável⁴⁹ seriam os produtos derivados da junça, conseguindo se organizar um grupo para se iniciar uma experiência comunitária. No entanto, não se conseguiu controlar o juncilho que continuava a dominar a junça.

Relevante também referir que no final de 2019, o Presidente da República Marcelo Rebelo de Sousa, ao permanecer na ilha na véspera de Ano Novo chegou a provar produtos confeccionados com a semente da junça⁵⁰. A RTP, que acompanhava a visita do Presidente à ilha, chega também a realizar uma reportagem sobre a iniciativa.

Segundo Andreia Silva, em fevereiro de 2020, a Direção Regional do Ambiente proíbe o cultivo e a introdução da junça por ser uma planta exótica e invasora. A técnica do ecomuseu afirma que a Direção estava a confundir a junça com o juncilho. No entanto, pôs em causa futuras experiências em 2020, pois a planta tem de ser semeada no mês de março. Entretanto conseguiu-se contra-argumentar com a Direção Regional do Ambiente, porém, requisitou-se ao museu que se realizasse um estudo de impacto ambiental.

“Isto, lá está, pôs em causa, novamente, 2021, pois eu estou sozinha e eu não consigo tratar de tudo isto e tentar ainda querer que as pessoas cultivem, e arranjar um estudo de impacto ambiental, e trabalhar em todos os outros projetos que tínhamos entre mãos. Entretanto, não

⁴⁹ Segundo a reportagem da RTP Açores: “Ecomuseu do Corvo quer recuperar produção da junça”, um litro de óleo de junça poderá custar acima de 50 euros e um quilo de farinha sete euros.

⁵⁰ Num documento produzido pelo Ecomuseu do Corvo, “Corvo: A visita Presidencial e a junça” relata-se que “Fomos recompensados pelo trabalho realizado pois que de tudo [Marcelo Rebelo de Sousa] provou, quis inteirar-se daquele “estranho” tubérculo e, no final, não pôde deixar de exclamar, referindo-se ao que acabara de degustar: “Isto é mesmo bom!”. Tivemos a felicidade desse momento ter sido captado pela câmara da nossa Bárbara Ambros. Nessa fotografia é visível a expressão facial de surpresa do Presidente que, nessa altura, tinha na mão direita o biscoito confeccionado pela Rosa Mariana Mendonça. De referir que, depois de ter provado alguns dos bolos, Marcelo Rebelo de Sousa deu uma volta pelas mesas à procura do queijo do Corvo, e voltou à mesa onde estavam expostos os produtos da junça para degustar o que ainda não tinha provado.”

conseguimos obter mais sementes. Portanto, por enquanto, o projeto está parado.” (Entrevista a Andreia Silva a 20.07.2021).

3.4.2. Processo de Criação Participada e Financiamento da Banda Desenhada *A Ilha do Corvo que Venceu os Piratas*

Em 2018 foi publicado a banda desenhada *A Ilha do Corvo que Venceu os Piratas*, da autoria de José Ruy. Esta banda desenhada narra a história da resistência dos corvinos a um ataque de piratas, tal como relatado num documento do século XVII⁵¹.

Este projeto destaca-se, não só pelo seu conteúdo, mas pelo seu processo criativo. Tal como apresentado na contracapa da publicação, esta obra foi concebida através de um processo de criação participativa “sem precedentes”.

O autor investigou a história e imaginou a narrativa ficcional. Esta imaginação foi discutida com a população, determinando-se os nomes das personagens, as ações, os locais, e o final foi democraticamente decidido. Os rostos das personagens desta obra são também uma reprodução de rostos de residentes corvinos atuais.

Tal como testemunha o autor num blogue⁵²:

“E como um Ecomuseu funciona envolvendo a população, tive a grata oportunidade de interagir com os simpáticos corvinos e corvinas, não só beneficiando do seu generoso contributo para o conhecimento de práticas laborais, como na escolha dos nomes para as personagens, e até nas decisões destas no decorrer do argumento. Também, pacientemente, deixaram-se desenhar, servindo de modelo para as figuras, embora as cenas se passem no século XVII. E foram muitos os preciosos depoimentos que registei.”

Este projeto foi assim um projeto de consciencialização patrimonial, sendo descrito na contracapa da banda desenhada:

“Este é um exemplo de como o património de uma comunidade pode ser visto como um recurso de desenvolvimento, de afirmação da identidade e de vinculação ao território, às suas origens e cultura, sendo o envolvimento da comunidade uma preocupação omnipresente. Aliás, só há um

⁵¹ *Relação breve e mui verdadeira da grande e maravilhosa vitória que Deus Nosso Senhor foi servido dar aos moradores da ilha do Corvo contra dez poderosas naus de turcos que a ela foram para a roubar e cativar*, publicado em 1993 pela Câmara Municipal do Corvo, com apresentação e notas do historiador Carlos Guilherme Riley.

⁵² Fonte: <https://desenhada6.rssing.com/chan-26403997/article236-live.html>.

ecomuseu quando as pessoas e as organizações de uma comunidade participam num processo dinâmico através do qual preservam, interpretam e gerem o seu património para o desenvolvimento sustentável.”.

3.4.3. Projetos e Intervenções na área da Arqueologia

A primeira referência à capela de Nossa Senhora do Rosário, entretanto desaparecida, remonta ao século XVI e terá de ter sido construída por volta de 1570 a 1580 (Casimiro et al, 2020). Antes da instalação do EmC, ocorreu na ilha do Corvo uma campanha arqueológica em busca pela localização exata desta ermida primitiva e tinha obtido um resultado inconclusivo.

Quando Eduardo Guimarães se incorporou no projeto do EmC, requisitou que a equipa arqueológica voltasse à ilha do Corvo para procurarem novamente a localização desta capela. A equipa regressou as suas buscas, mas devido a uma alta precipitação a meio da pesquisa, esta campanha teve de ser interrompida, obtendo-se resultados inconclusivos novamente.

“[Esta campanha] tinha uma importância simbólica extraordinária. Nós estávamos a reabilitar o Casco Velho. Era fundamental saber se a primeira ermida [encontrava-se] neste espaço. Revestir-se-ia numa nobreza, de um valor simbólico (...)” (Entrevista a Eduardo Guimarães 09.09.2021).

Já em 2021, estão planeadas intervenções arqueológicas no Poço da Maré e na Zona do Engenho, bem como oficinas de arqueologia, ações de sensibilização para o património cultural arqueológico e visitas de campo a sítios arqueológicos já identificados⁵³.

No âmbito da 1.^a Campanha do Património do Corvo, a 16 de setembro, no pátio da EBS Mouzinho da Silveira, iniciou-se a atividade “Arqueólogo por um dia” para os alunos do 3.º ciclo da EBS Mouzinho da Silveira, com o intuito de sensibilizar os mais jovens para questões de património, envolvendo-os em ações de valorização e de salvaguarda do mesmo⁵⁴. O plano de atividades do EmC para o ano de 2021 refere ainda que:

“O Ecomuseu da ilha do Corvo pretende retomar as campanhas arqueológicas na ilha do Corvo, que foram subitamente interrompidas nos últimos anos. Pretende-se musealizar o conjunto de achados de maior relevância para a preservação do património histórico da ilha⁶¹”.

⁵³ Fonte: “Ecomuseu do Corvo: Plano de atividades 2021”.

⁵⁴ Fonte: <https://www.facebook.com/museudoterritorio/posts/219302023580792>.

⁶¹ Fonte: “Ecomuseu do Corvo: Plano de atividades 2021” p.12.

3.4.4. Dia Aberto dos Moinhos

A 18 de abril de 2021, Dia Internacional dos Monumentos e Sítios, o EmC promoveu o Dia Aberto dos Moinhos de Vento, com o programa “Moinhos que guardam Memórias”. Este programa contou com a participação dos proprietários dos três moinhos de vento que se encontram na ilha. Com a colaboração dos proprietários e dos elementos mais velhos da comunidade, foi possível demonstrarem ao público os moinhos a funcionar. Foram também estes residentes que assumiram o papel de guias intérpretes da atividade.

A Diretora do EmC refere a este programa como evidência do entusiasmo dos corvinos pelos projetos iniciados pelo ecomuseu:

Os proprietários dos moinhos tiveram presentes, abriram os moinhos, fizeram as demonstrações e no primeiro contacto que tivemos com os proprietários foi logo “Sim, à vontade, tudo o que for necessário estamos disponíveis para colaborar convosco”. E foi um verdadeiro sucesso porque não só os proprietários como a comunidade participaram. Naquele dia, estavam também turistas cá. Foi um dia que teve muita adesão e foi muito bem-sucedida. Eu falo desta, como poderia falar de outras que têm tido uma adesão muito boa da comunidade.” (entrevista a Deolinda Estêvão a 13.07.2021).

Esta é uma das atividades planeadas pelo ecomuseu que procura promover, salvaguardar e vivificar o património corvino, bem como transmitir estas tradições seculares às próximas gerações.

A iniciativa permitiu também promover o Arquivo Fotográfico do Corvo através de uma exposição de fotografias relacionadas com a atividade cerealífera.

3.4.5. Inventário Participativo do Arquivo Fotográfico do Corvo

Na Casa do Tempo do EmC, encontra-se disponível para consulta o Arquivo Fotográfico do Corvo. Este arquivo, que conta com 959 fotografias, tem sido um projeto concebido de forma participada desde 2016 pelo ecomuseu. Nestas fotografias encontram-se documentadas cenas, pessoas e lugares do Corvo.

Este projeto, que se encontra na sua 4ª edição, conta com a partilha destes registos por parte de interessados. Após explicarem as suas condições de partilha, as fotografias são digitalizadas e devolvidas aos proprietários. O ecomuseu obtém também o máximo de informação possível sobre o que está retratado nas fotografias.

Algumas destes registos fotográficos encontram-se publicadas numa obra recentemente publicada *Um Mar Cheio de Vida: Visões dos Açores*.

Em 24 de maio de 2021, inaugurou-se uma exposição comemorativa da celebração dos 150 anos da Casa do Espírito Santo do Corvo. Esta exposição contou com 50 fotografias pertencentes ao Arquivo Fotográfico do Corvo.

3.4.6. Programa “Férias no Ecomuseu”

O EmC colabora com a Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira na conceção de programas de atividades de leitura, educação ambiental e patrimonial:

“O projeto de educação patrimonial que tem existido aqui no ecomuseu é um projeto transversal, no sentido de que a colaboração com a escola se fazia no sentido de as diferentes disciplinas integrarem, nas suas áreas, transversalmente, a educação para o património. Aquilo que verifiquei como dirigente da escola, como professora e agora como diretora do ecomuseu, é que dificilmente essas atividades se concretizavam. Ou seja, elas existiam no papel, mas era muito difícil [concretizá-las], porque normalmente os professores têm sempre dificuldade em cumprir com os seus programas e é muito difícil integrar novos conteúdos nesses programas. E então, vamos manter essa perspetiva no sentido de colaborarmos diretamente com os professores nessa educação transversal, mas o que nós pretendemos mesmo aqui ao nível do ecomuseu é criar um núcleo educativo à semelhança que fazem os outros serviços externos. Ter o nosso próprio núcleo e trazer os jovens, sermos nós a dinamizar as atividades de educação patrimonial e trazer os jovens ao ecomuseu. Iniciamos já com uma atividade nesse sentido que foram as “Férias no Ecomuseu”. (entrevista a Deolinda Estêvão a 13.07.2021)

O programa “Férias no Ecomuseu” foi concebido para o público juvenil e decorrer no tempo de férias escolares. A primeira edição ocorreu entre 30 de março a 1 de abril, e contou com uma atividade de visita virtual ao News Museum, com a realização de jogos didáticos, com a projeção de filmes e com a disponibilização de livros para se requisitar na Casa do Tempo. Já a segunda edição, que ocorreu no dia 30 de junho e 1 de julho contou com um workshop de bilhetes-postais intitulado “Açores, Riqueza Minha” para o público do 1.º, 2.º e 3.º ciclo.

Tal como refere a diretora, apesar de pretenderem expandir os projetos dessa vertente, a falta de recursos humanos é um fator limitador:

“Nós não conseguimos, com o número de pessoas que temos neste momento a trabalhar no ecomuseu, ter uma pessoa só a trabalhar na educação patrimonial. Vamos fazendo à medida que

formos crescendo, à medida que tenhamos mais pessoas a trabalhar connosco e termos uma pessoa só que se ocupe só com a educação patrimonial. E isto porquê? Porque a capacitação tem de ser feita para diferentes públicos, com certeza, mas a capacitação, e como sendo professora, entendo que tem de começar como muito cedo. No público mais jovem, temos de despertar o gosto pela preservação do que é seu e para a preservação do património nas suas diferentes vertentes (...) Eles também são veículos transmissores para os mais velhos. Eles depois irão levar essa informação para casa.” (entrevista a Deolinda Estêvão a 13.07.2021)

3.4.7. Atividades no Centro Cultural de Multiusos

Tal como já referido, o Centro Cultural de Multiusos, incorporado como polo do EmC em abril de 2021 permite à comunidade corvina aceder a novas manifestações culturais.

No âmbito do programa “Tarde de Cinema”, em 24 de abril de 2021 este espaço permitiu a visualização do filme *A Hora da Liberdade*, bem como a assistência via Zoom de uma peça de teatro intitulada *25 de abril – História de uma Revolução*.

A 21 de agosto de 2021 o espaço foi utilizado para a peça de teatro *Os Amores Encardidos de Padi e Balbina – uma dúbia estória do Revenge*, no âmbito do programa “Abraço da Cultura”, programa que desenvolveu uma semana de cinema teatro e música.

De abril a junho de 2021, encontrou-se neste espaço a exposição fotográfica denominada “Açores: Silêncio e Ser”, com fotografias de Jorge Barros, acompanhadas de textos da obra *Ilhas Desconhecidas* de Raúl Brandão.

CAPÍTULO 4

Discussão e Conclusões

Esta dissertação procurou encontrar que razões explicam o surgimento da ecomuseologia nos Açores. No início desta investigação, presumia-se que esta instituição museológica surgisse como o melhor tipo de museologia que pudesse contribuir para o desenvolvimento da ilha do Corvo. O estudo do caso do Ecomuseu do Corvo salienta o que já Sílvia Sousa e Jorge Cunha estudaram no caso dos museus de São Miguel e no caso do Museu da Graciosa, respetivamente. Nota-se que nos Açores tem havido uma adesão pelos princípios da Nova Museologia, e que as experiências ecomuseológicas estão a ser adaptadas no arquipélago. O caso do Ecomuseu do Corvo e o de São Jorge são ambos casos que relatam estas adesões, mas em medidas diferentes.

Tendo em conta as entrevistas realizadas ao coordenador do projeto do Ecomuseu de São Jorge, este projeto ecomuseológico nasce na observação das experiências ecomuseológicas em Portugal continental e noutros países, ponderando-as como uma ferramenta de solução aos problemas que a ilha possuía, pretendendo ter em conta participação da comunidade, das associações, do poder local e do Governo Regional dos Açores.

Já no caso do Ecomuseu do Corvo, este já foi concebido devido a uma necessidade do Governo de responder à falta de uma estrutura museológica na ilha. Fatores como a caracterização do Corvo como um “museu vivo”, a dimensão do território, como a organização e identidade da sociedade corvina, contribuíram para a decisão de que um ecomuseu seria o tipo de museologia ideal no território.

Como já foi desenvolvido neste trabalho, desde 1977 que chegaram a existir propostas para a introdução de uma estrutura museológica na ilha do Corvo. No entanto, nenhum desses projetos se concretizaram.

Havia também uma necessidade de haver uma estrutura do Governo responsável pela proteção do núcleo urbano antigo da Vila do Corvo, classificado como conjunto de interesse público em 1997. A ausência dessa entidade encarregue por esta zona da Vila, fez com que ela se degradasse, tornando-se urgente a sua existência.

Para além deste facto, existia uma pressão política, especificamente pelo deputado Paulo Estêvão do PPM/Açores, para que existisse um museu na ilha do Corvo. Nomeadamente, pela Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 4/2012/A,

apresentada pelo PPM/Açores, onde declara a doação de uma casa sua ao Governo Regional, para que nessa se realizasse um museu. Nesta altura, ainda não tinha sido decidido, concretamente, a tipologia de tal museu.

Quando o Governo, através da Secretaria Regional da Educação, Ciência e Cultura, decide avançar com a implementação de uma estrutura museológica na ilha, determina que seja um ecomuseu dada às especificidades da ilha, quer ao nível da sua geografia, quer ao nível da identidade particular da comunidade. É importante também salientar que o Diretor Regional da Cultura da altura, Nuno Ribeiro Lopes, tinha uma sensibilidade por questões do impacto positivo da reabilitação do património edificado, tendo também acompanhado o caso do Ecomuseu de São Jorge.

Desta forma, a criação de um ecomuseu foi uma decisão do Governo que, a seu ver, correspondesse melhor às características do território, mas que fosse, ao mesmo tempo, uma instituição cultural governamental encarregue de reabilitar e recuperar as casas classificadas, juntamente com os proprietários das mesmas.

Na pesquisa sobre a criação de outros ecomuseus na Europa, não se encontram nenhuns cuja criação tenha sido decidida por governos autónomos regionais. Casos similares são principalmente os ecomuseus em Piemonte, Itália, cujo Istituto di Ricerche Economico Sociali del Piemonte⁵⁵ que, reconhecendo a potencialidade dos mesmos no desenvolvimento da economia de zonas rurais, promoveu o interesse por ecomuseus na região (Davis, 2011: 150). Mas mesmo nos casos de Piemonte, o Governo interveio na sua promoção, cabendo as associações locais de criarem, efetivamente, os ecomuseus (como por exemplo o Ecomuseo della Canapa e o Ecomuseo dell'Argilla, tal como descrito por Davis, 2011). Este tipo de museologia costuma surgir tanto pela iniciativa privada, por autoridades locais, associações, cooperativas, fundações ou até por instituições de gestão ambiental.

O surgimento deste ecomuseu, numa abordagem *top-down*, tal como descrito pelos entrevistados, gerou dificuldades na concretização de alguns dos seus objetivos principais, nomeadamente, a participação ativa da comunidade nos projetos, enquanto atores de um “museu vivo”⁵⁶. Ao longo da investigação, Eduardo Guimarães, tal como a atual diretora do

⁵⁵ Estabelecida em 1958, com outras funções, o IRES, desde 1991, é uma agência que, em cooperação com o Governo Regional de Piemonte, assiste no desenvolvimento económico da região.

⁵⁶ Tal como descrito em “Ecomuseu do Corvo: Projeto de Intervenção Museológica” p.9.

EmC, Deolinda Estêvão, assim como a técnica superior Andreia Silva, expressam que o facto de ter sido uma decisão do Governo, gerou futuras dificuldades que o museu ainda hoje enfrenta.

Quando questionado pela maior dificuldade que enfrentou enquanto exerceu as suas funções como coordenador do projeto do EmC, Eduardo Guimarães faz um contraponto na forma como este ecomuseu e o EmSJ nasceram. Afirma que a principal dificuldade na criação do projeto do EmSJ foi:

“(...) assegurar a necessária participação do Poder [do Governo Regional] no processo, sem que esse Poder, ao participar, subverta a essência do projeto.”

Já no caso do EmC:

“Foi o contrário. [A principal dificuldade foi] como a assegurar que a população acredite no projeto, que veio de cima, *top-down*, que vem de uma proposta do Governo. Como levar a população, num contexto histórico de grande desconfiança para com tudo o que seja do Governo, levar as pessoas a confiarem no projeto, acreditarem no projeto, a participarem no projeto.”
(entrevista a Eduardo Guimarães a 29.01.2021)

Andreia Silva, que co coordena o projeto desde 2017, substituindo Eduardo Guimarães e ficando encarregue na dinamização sociocultural, na capacitação da comunidade e educação patrimonial, reconhece que:

“O ecomuseu, no seu conceito ideal, seria uma coisa que nasce da comunidade (...) O que acontece é que (...) a implementação do ecomuseu [do Corvo] vem de cima. Por um lado, as pessoas reconhecem o nosso trabalho, entusiasmam-se. Quando vamos para a rua querem participar. Podem não querer, vamos dizer assim, ir para a frente das câmaras, mas estão sempre prontas a colaborar nos bastidores. Agente quer informação, agente quer esclarecer dúvidas, agente quer que as pessoas nos vão mostrar isso ou aquilo, as pessoas aderem, apoiam, querem se envolver. Se tem de ser elas a tomar responsabilidade e a liderar alguma coisa, aí já encontramos alguns entraves. E a verdade é que o ecomuseu prossuponha que as pessoas se mobilizassem e quisessem ir à frente, e nós, técnicos, sempre aqui para dar apoio, a dar as ferramentas, para capacitar, para incentivar, para dar ideias. Mas que pudessem ser eles a decidir e a fazer (...) O facto de ser o Governo a implementar [o EmC], acaba por [dar a ideia de que] “ok, então são vocês, a tutela e Cultura que fazem isso”. Não é que as pessoas não apoiem a ideia, ou não apoiem os projetos que temos a desenvolver, mas [pensam que] é da Cultura, “são vocês”. Lá está, não nasceu realmente de uma vontade em que as pessoas se mobilizaram coletivamente e disseram “como é que vamos encontrar uma resposta para valorizar o nosso

património para o desenvolvimento? Já sei, vamos fazer um ecomuseu.” Mesmo sem nome, mesmo sem batizá-lo. Isso não aconteceu, veio como que imposto de cima, imposto de fora.” (entrevista a Andreia Silva a 15.07.2021)

Já a atual diretora do Ecomuseu esclarece que:

“Não existe um museu no Corvo, mas sim um ecomuseu, porque foi a vontade política que assim o quis. (...) A proposta da criação de um projeto museológico na ilha do Corvo, nasceu de um partido de oposição [PPM/Açores], não nasceu de um partido do governo. Por isso foi uma decisão política de criar-se um ecomuseu. (...) Um ecomuseu tem de estar ao serviço da comunidade, por isso a comunidade aceitou. Agora, se me diz assim: “Foram consultados para que fosse um ecomuseu ou um museu de território?” Eu não me lembro de ter sido consultada. Eu faço parte da comunidade do Corvo. Nem me lembro de ter havido qualquer tipo de consulta. (entrevista a Deolinda Estêvão a 13.07.2021)

Os ecomuseus, tal como já demonstrado no capítulo 2, não costumam seguir um modelo fixo pois, tal como Hugues de Varine (2012: 382) defende, cada ecomuseu é um fator de inovação no seu próprio território, chegando a existir diferentes formas de organização e gestão, surgindo de circunstâncias diferentes. No entanto, o facto do Ecomuseu do Corvo não ter sido uma iniciativa do poder local, seja através da Câmara Municipal do Corvo, por uma associação, ou como nos casos dos ecomuseus de Piemonte, nos quais a intervenção do Governo Regional se encontra somente no seu apoio e promoção, gerou dificuldades na confiança e participação ativa da comunidade nos projetos.

Para promover a inclusão da comunidade no projeto, foi necessário que a primeira equipa responsável pelo projeto produzisse literatura informativa⁵⁷ sobre ecomuseologia para que se desenvolvesse uma maior inclusão e participação das pessoas pelo projeto.

Já em 2021, a atual equipa do ecomuseu refere que existe participação, colaboração e entusiasmo nas iniciativas do ecomuseu por parte da comunidade. No entanto, apesar de existir um esforço por parte dos técnicos do ecomuseu (por exemplo, através da sugestão e, mais recentemente, pela introdução de um programa de rede de amigos e colaboradores do ecomuseu⁵⁸), a comunidade da Vila do Corvo não tem utilizado o ecomuseu como uma forma

⁵⁷ Anexo C: Literatura informativa distribuída pela população do Corvo.

⁵⁸ Em setembro de 2021 foi anunciado um programa que procura assegurar o envolvimento da comunidade no processo ecomuseológico. Com esta iniciativa, os interessados em se voluntariarem no apoio ao projeto do EmC poderão prestar apoio em diferentes áreas: Área Educativa, Investigação, Recolha do Património Material e

de se mobilizar em defesa do seu património, ou na escolha dos projetos do ecomuseu. Isto se explica, segundo os entrevistados, não só devido à forma como surge, mas pela pouca valorização da cultura da população em geral. Conforme explica a diretora do EmC:

“(…) Isto é geral, não acontece só com a comunidade do Corvo, que é as pessoas darem mais valor à cultura e que a cultura é importante também para o desenvolvimento humano e para o desenvolvimento económico. Ou seja, é esta capacitação que nós necessitamos, mas que é um trabalho de décadas, mas que estamos a trabalhar.” (Deolinda Estêvão em 13.07.2021).

A técnica Andreia Silva manifesta que:

“Nós não estamos, nem de perto nem de longe, preparados para nós, Governo, darmos possibilidade ao povo de decidir sobre o que quer fazer com isto (…) Uma das coisas que devia acontecer era: o plano de atividades devia ser elaborado de forma participativa, e não o é porque nós temos prazos a cumprir. Temos pontos que temos de fazer cumprir por causa do regulamento para os museus de ilha. Mas o ecomuseu não é, nem devia ser, nem se pode reger pelas mesmas regras e objetivos como um museu de ilha, logo nunca conseguimos, até agora, fazer um plano de atividades de forma participativa. Conseguimos ir sabendo, falando com as pessoas, o que é que elas querem ver feitas. Conseguimos incluir algumas coisas no plano de atividades. Mas, lá está, perde-se aqui um bocado do processo de envolvimento das pessoas. Que [as ideias] sejam incluídas desde o início, (…) identificando-se mais com elas, por exemplo como foi com a nossa banda desenhada. Portanto, eu julgo que as pessoas, em tudo aquilo que sentem que são valorizadas e que a opinião delas conta, envolvem-se mais ainda. Por isso é que, sim, por vezes as pessoas aderem, mas na maior parte das vezes, temos que ser nós a mobilizar as pessoas. (Entrevista a Andreia Silva a 30.07.2021)

Outro fator, referido nas entrevistas, que tem dificultado a participação comunitária no processo decisório, tem sido o facto do ecomuseu, como instituição governamental encarregue pelas intervenções do património construído, não conseguir cumprir com o plano inicial de se criar uma instituição que apoiasse na reabilitação dos edifícios classificados. A técnica Andreia Silva refere que este sucedido é uma das principais dificuldades na concretização dos seus projetos, relatando que:

Imaterial da Ilha do Corvo, Organização de eventos, Organização de exposições, debates e conferências, Prestar apoio na Casa do Tempo ao nível do acolhimento dos visitantes, Apoio nas atividades/eventos realizados no Multiusos, Recolha de depoimentos e realização de entrevistas, Colaborar nas visitas guiadas, no âmbito do circuito interpretativo da Vila do Corvo, Realizar formações (no âmbito do Património Material e Imaterial da ilha do Corvo), Artesanato, Música, Arte, Dança, Teatro, Cinema, Gastronomia, Fotografia e Arte digital.

“Neste momento os projetos [de intervenção urbana] estão a ser elaborados, sim. A DRC tem o seu regulamento em vigor que comparticipa com uma parte da intervenção, mas o resto não. E então isso acabou, infelizmente, por descredibilizar o nosso trabalho porque as casas, para todos os efeitos, eram as “casas do ecomuseu”. As pessoas associavam que nós é que vendemos isto às pessoas. (...) Era nosso intuito, nosso objetivo, fazer realmente isto desta forma, só que havia coisas que nos ultrapassavam e isso acabou por minar um bocadinho a confiança que as pessoas tinham no governo, que já é pouca, e então acabou por minar ainda mais (...) Ainda há pessoas que dizem, “vocês enganaram-nos bem”, e eu sei que as pessoas sabem que não fui eu que as enganei, mas ficou aqui um [fator] que não ajuda nada depois o trabalho que nós temos no terreno e com a comunidade.” (Entrevista a Andreia Silva a 30.07.2021)

Hugues de Varine exprime que um ecomuseu não é senão uma oportunidade para realizar novas ideias, de ser imaginativo, iniciar novas formas de trabalhar, de ser audacioso (Davis, 2011: 83).

O modelo dos ecomuseus europeus, tal como Michela Magliacani (2015: 54) observa, é caracterizado pela participação comunitária, especialmente na sua fase de arranque. Face aos problemas que a ilha do Corvo enfrenta (como o facto de estar afastada dos centros de poder, o facto de o seu núcleo antigo estar a se degradar, os problemas no acesso às indústrias criativas e culturais, e o facto de poucos turistas pernoitarem na ilha) poderia ter gerado, tal como aconteceu no caso do Ecomuseu de São Jorge, uma oportunidade de se criarem espaços de debates, podendo assim depois ter originado um projeto de participação comunitária e de desenvolvimento local. Não aconteceu, como no caso do Ecomuseu do Seixal, onde se organizou uma consulta pública em grande escala sobre que tipo de estrutura museológica era apropriada para o território.

Não obstante este entrave na participação da comunidade como agentes ativos, é possível encontrar indícios de que este ecomuseu é uma instituição que poderá contribuir para o desenvolvimento sustentável do seu território, através dos seus projetos e dos polos que integram o ecomuseu.

O primeiro polo construído, a Casa do Tempo, permite ao ecomuseu divulgar, tanto para os locais, como para os visitantes da ilha, o património cultural do território. Este polo é uma ferramenta para o desenvolvimento da ilha, seja a nível social, cultural como económico. Isto é evidente na exposição do seu repositório fotográfico e a recolha de testemunhos, disponíveis a consultar, que permite transmitir e salvaguardar as memórias dos locais. Este polo, em sinergia

com novos a criação de novos polos, com o estabelecimento de mais opções de alojamento, e a cooperação de empresas locais, bem como a Câmara Municipal também poderá contribuir para o desenvolvimento do turismo cultural, combatendo a baixa permanência de turismo na ilha.

Já o projeto do cultivo da junça é um exemplo de um projeto iniciado, não só como iniciativa de resgate de um património da ilha, como um potencial dinamizador da economia local, assim como observado no subcapítulo dedicado a este projeto.

Do mesmo modo, o Espaço Multiusos do Corvo, adquirido em abril de 2021, possibilita um maior acesso a produções do setor cultural. Este espaço permite ao ecomuseu combater esta necessidade, contribuindo para a qualidade de vida da comunidade.

Apesar destes projetos dinamizadores e contribuidores para o desenvolvimento da ilha, é necessário ter também em conta outras limitações consideráveis, nomeadamente a falta de recursos humanos. Como a diretora Deolinda Estêvão refere:

“(…) Muitos dos arquitetos que aqui estavam e que trabalhavam neste gabinete [de Apoio Técnico] já aqui não estão a trabalhar. Uma das principais dificuldades tem a ver com os meios humanos. Ou seja, nós necessitamos aqui, a nível do ecomuseu, de mais técnicos superiores. Nós somos apenas três pessoas a trabalhar no ecomuseu (...) Neste tempo somos só eu, como diretora, temos dois técnicos superiores e não tínhamos serviços administrativos, nem tínhamos serviços de assistentes operacionais que pudessem dar apoio aos nossos projetos. (...) Esta é uma das dificuldades. [É necessário] ter mais recursos humanos que possam, digamos assim, catapultar e ajudar na dinâmica do ecomuseu nas suas diferentes vertentes (...) Temos que ter mais pessoas a trabalhar, a dinamizar, a investigar, aqui presentes no Corvo. Não ausentes, a trabalhar nas outras ilhas, porque também contamos com esses técnicos que trabalham connosco à distância (...) Necessitamos de serviços administrativos que possam tratar do trabalho burocrático. Que liberte os técnicos superiores das diferentes áreas de história e património, para trabalho de investigação e para o trabalho de capacitação que é necessário fazer.” (Deolinda Estêvão a 13.07.2021)

Outro entrave para o cumprimento dos objetivos propostos inicialmente pelo ecomuseu encontra-se na falta de cooperação e sinergias nas entidades encarregues pelo turismo na ilha. Um dos objetivos iniciais desta instituição, tal como apresentado no projeto do Ecomuseu, seria o de “Promover a afirmação da ilha do Corvo, no contexto regional, nacional e internacional, enquanto destino turístico de excelência, fomentando igualmente a criação de produtos

endógenos de valor, suscetíveis de se impor no mercado pela qualidade e singularidade.”⁵⁹ Tal como já referido no capítulo 3.1.3, as poucas camas disponíveis nos alojamentos da ilha, bem como o facto de pouco dos visitantes que chegam ao Corvo não pernoitarem na ilha, irá limitar as possíveis contribuições do ecomuseu neste setor. Como a técnica Andreia Silva refere:

“Agente precisava de mais recursos humanos e precisávamos que quem trabalhasse, neste momento, no turismo que tivesse mais sensibilidade (...) Eu acho que o ecomuseu pode fazer diferença em criar condições para que o tempo que as pessoas passem aqui seja realmente usufruído em condições. Ou seja, que consigamos combater essa coisa de “chegam aqui, vão para dentro das carrinhas, vão para o Caldeirão, vêm embora com muito pouco tempo, passem de fugida na Casa do Tempo e vão-se embora”. O ecomuseu pode sim agir nesse sentido. De sensibilizar as pessoas, envolvê-las nisto de tentar criar uma estrutura de receção a quem nos visita e orientar as pessoas para os melhores sítios para garantir que essas horas que vêm passar aqui sejam bem passadas. Deixam alguma coisa na comunidade e levam com elas alguma coisa. Só que isto não depende inteiramente de nós porque os barcos que vêm das Flores chegam aqui às 10h e vão embora às 15h. Já nem é às 17h, agora é às 15h. (...) Devia-se pelo menos obrigar a encontrar um mecanismo que obrigasse, praticamente, das 9h às 17h, para que pudessem usufruir todo o dia. O ecomuseu poderia implementar placas de identificação no território que oriente as pessoas. Pode ter um guia intérprete que trabalhe no terreno a orientar essas pessoas, a guiá-las, a dá-las a conhecer [o território]. Nós temos circuitos desenhados de interpretação do território. Como é que fazemos? Entregamos um desdobrável, porque não temos recursos humanos para ir para o terreno trabalhar. E depois há aqui a questão de articulação das tutelas que podia colmatar isto. O ecomuseu poderia promover essa articulação, mas tem de haver também abertura por parte dos outros serviços: o Turismo, a Câmara, o Ambiente. Portanto, tentar trabalharmos todos em conjunto para estarmos todos em sintonia.” (Entrevista a Andreia Silva a 30.07.2021)

Sendo o turismo uma ferramenta para o desenvolvimento económico da ilha, o EmC defende que este setor deve ser potencializado, utilizando todos os seus meios para permitirem uma melhor estadia no Corvo. No entanto, tanto Deolinda Estêvão como Andreia Silva, defendem que este fenómeno deve ter em conta a sustentabilidade do território, referindo que um turismo de massas é algo a ser evitado, dado as circunstâncias e os recursos do território.

⁵⁹ Fonte: “Ecomuseu do Corvo: Projeto de Intervenção Museológica”, p.9.

Contudo, Andreia Silva apesar de reconhecer os benefícios do turismo para a ilha, defende que o ecomuseu deve priorizar os membros da comunidade (algo comum nos ecomuseus), beneficiando indiretamente o turismo na ilha:

O ecomuseu existe em primeiro lugar para valorizar o corvino, o local, a sua história, o seu património. E ao fazer isso, tu tornas o sítio muito mais apetecível para visitar, e isso também é bom para a economia local se formos espertos. Não é nesse “corre corre”, isso nem deixa nada na economia local. Eu acho que o ecomuseu deve potencializar o turismo, mas não deve sacrificar nada em prol do turismo”. (Entrevista a Andreia Silva a 30.07.2021)

É através desta perspetiva de Andreia Silva que se considera que este ecomuseu poderá se denominar como ecomuseu. Como já desenvolvido no Capítulo 2, Davis (2011) considera que este termo tem sido utilizado como uma estratégia de marketing ou como uma forma de convencer que algo diferente irá ser realizado. No entanto, este autor defende também que “To use the term with conviction and credibility they [ecomuseus] should also closely involve their local communities and promote economic development, principally through tourism.” (Davis, 2011: 267).

Ou seja, apesar de alguns aspetos sociológicos importantes terem estado em falta (como o facto de não ter origem nem ser dirigido pela comunidade)⁶⁰, enquanto esta instituição continue a reforçar a proteção, divulgação da cultura e património local, e ao tentar promover a participação da comunidade, como agente ativo de desenvolvimento local, esta entidade conseguirá preservar a denominação de ecomuseu.

Em virtude do que foi mencionado, recomenda-se um estudo mais aprofundado da relação entre este ecomuseu e a comunidade do Corvo. É necessário ter também em conta que a incorporação de uma nova direção no projeto, e a incorporação de novos polos no ecomuseu, irão afetar a forma como esta instituição poderá agir no território futuramente.

Finalmente, considera-se também relevante estudar o caso do Ecomuseu de São Jorge como um caso particular de um projeto *down-up*, investigando-se melhor a relação entre os jorgenses e este projeto e tendo em conta a perspetiva de alguns membros do Governo Regional competentes por este projeto.

⁶⁰ Este fator é essencial na avaliação de ecomuseus, como em Magliacani, 2015; Davis, 2011; Corsane, et. al., 2007.

Bibliografia

- Almeida, A. S. (2020). Envolvimento comunitário em ilhas de pequena dimensão e desenvolvimento turístico - o caso da Ilha do Corvo, Açores, Portugal. *Revista Iberoamericana de Turismo, Penedo, Volume 10, nº1, junho de 2020*, 153-171.
- Amorim, M. N. (2018). *Uma aldeia no oceano: As gentes do Corvo entre o século XVII e o XX*. Porto: Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória.
- Appleton, J. (2007). Museums for 'The People'. Em S. Watson, *Museums and Their Communities* (pp. 114-126). Nova Iorque: Routledge.
- Caldas, J. V. (2016). A casa vernácula da Ilha do Corvo. Em A. T. Matos, *Retratos Sociais da Ilha do Corvo* (pp. 183-202). Horta: Núcleo Cultural da Horta/Câmara Municipal do Corvo.
- Casimiro, T. M., Neto, J. L., Borges, L., & Parreira, P. (2020). Arqueologia na Ilha do Corvo... Em Busca da Capela de Nossa Senhora do Rosário. Em A. d. Portugueses, *Arqueologia em Portugal* (pp. 2047-2058). Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.
- Corsane, G., Davis, P., Elliott, S., Maggi, M., Murtas, D., & Rogers, S. (2007). Ecomuseum Performance in Piemonte and Liguria, Italy: The Significance of Capital. Em *International Journal of Heritage Studies* (pp. 225-239). Routledge.
- Costa, M. D. (2012). *Políticas Culturais nos Açores (1976- 2008). Os Museus Da Administração Regional E O Seu Papel Na Democratização Do Acesso À Cultura*. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias: Dissertação de Mestrado em Programação e Gestão Cultural, Lisboa.
- Cunha, J. A. (2008). *O Museu da Ilha Graciosa no Contexto da Nova Museologia Açoriana (1977-2008)*. Dissertação em Património, Museologia e Desenvolvimento, Ponta Delgada: Universidade dos Açores.
- Cunha, J. A. (2020). Museus e Turismo Cultural: O Caso do Museu da Graciosa. Em D. N. Chaves, *Questões de Identidade Insular na Macaronésia* (pp. 285-293). Ponta Delgada: Santa Casa da Misericórdia das Velas & CHAM - Centro de Humanidades.
- Curtinhal, F., & Afonso, F. (2012). Studying and safeguarding intangible heritage at the Seixal Municipal Ecomuseum. Em S. Lira, R. Amoêda, C. Pinheiro, P. Davis, M. Stefano, Corsane, & Gerard, *Ecomuseums 2012 - 1st International Conference on Ecomuseums, Community Museums and Living Museums* (pp. 79-87). Barcelos: Green Lines Instituto para o Desenvolvimento Sustentável.
- Davis, P. (2011). *Ecomuseums: A Sense of Place* (2ª ed.). Nova Iorque: Continuum International Publishing Group.
- Gallou, E. (2017). Ecomuseums on Islands: Ensuring a Mutually Sustainable Future for Heritage And Communities on A Challenging Context. Em R. R. (ed.), *Ecomuseums and Cultural landscapes* (pp. 60-68). Maggioli Editore.

- Garcia, E. B. (1982). Ecomuseus e Acção Cultural (Um programa para os Açores). Em *Actas do Colóquio APOM 77* (pp. 57-67). Lisboa: APOM.
- Garcia, E. B. (1982). Ecomuseus e Acção Cultural (Um Programa para os Açores). *Actas do Colóquio APOM 77 - Museus de Região: Polo Dinamizador de Acção Cultural* (pp. 57-67). Ponta Delgada: APOM.
- Halpin, M. M. (2007). 'Play It again Sam': Reflections on a New Museology. Em S. Watson, *Museums and Their Communities* (pp. 47-52). Nova Iorque: Routledge.
- Hugues, V. (2006). Ecomuseology and Sustainable Development. *Museums & Social Issues*, 225-231.
- Leite, J. G. (2016). O Corvo. Uma história singular e trágica. Em A. T. Matos, & J. G. Leite, *Retratos Sociais da Ilha do Corvo* (pp. 29-42). Horta: Núcleo Cultural da Horta/Câmara Municipal do Corvo.
- Martínez, S. G., Rafael, L., & Torres, C. (2016). Mértola Vila Museu. Um projeto arqueológico de desenvolvimento integrado. *Revista Arqueológica Pública*, 55-80.
- Medeiros, C. A. (2016). Introdução Geográfica. Em A. T. Matos, & G. J. Leite, *Retratos Sociais da Ilha do Corvo* (pp. 13-27). Horta: Núcleo Cultural da Horta/Câmara Municipal do Corvo.
- Mendonça, L. (2016). *Perguntas e Respostas Sobre a História dos Açores*. Ponta Delgada: Letras Lavadas.
- Mensch, P. v. (1992). *Towards a methodology of museology*. Dissertação de Doutoramento na Universidade de Zagreb.
- Moutinho, M. (1992). Ecomuseu: A Experiência em Portugal. *Anais do 1º Encontro Internacional de Ecomuseus* (pp. 93-148). Rio de Janeiro: AAVV.
- Murtas, D. (2017). Networking and cooperation. Beyond keywords and towards an enduring ecomuseological approach to cultural landscape and heritage. Em R. Riva, *Ecomuseums and Cultural Landscapes* (pp. 35-37). Via del Carpino: Maggioli Editore.
- Neilson, A. L. (2021). *Um mar cheio de vida: Visões dos Açores / A sea full of life: Visions from the Azores*. Ponta Delgada: Nova Gráfica.
- Ohara, K. (1998). The Image of 'Ecomuseum' in Japan. *Pacific Friends*, pp. 26-27.
- Para, A., & Negacz, K. (2014). *The ecomuseum as a sustainable product and an accelerator of regional development. The case of the Subcarpathian Province*. Warsaw: Warsaw School of Economics.
- Pereiro Pérez, G. (2009). *Turismo Cultural - Uma visão Antropológica*. El Sauzal: Asociación Canaria de Antropología.

- Pessoa, F. S. (2001). *Reflexões sobre Ecomuseologia*. Porto: Edições Afrontamento.
- Pimentel, F. A. (2017). *Memórias e Tradições da ilha do Corvo*.
- Pop, I., & Borza, A. (2016). *Factors Influencing Museum Sustainability and Indicators for Museum Sustainability Measurement*. Cluj-Napoca : Babes-Bolyai University.
- Riley, C. G. (1993). Apresentação e notas. Em C. M. Corvo, *Relação breve da grande e maravilhosa vitória dos moradores da ilha do Corvo contra dez poderosas naus de Turcos. Anno MDCXXXII* (pp. 7-18). Ponta Delgada: Edição da Câmara Municipal do Corvo.
- Riva, R. (. (2017). *Ecomuseums and Cultural Landscapes: State of the art and future prospects*. Maggioli Editore.
- Rivière, G. H. (1985). The ecomuseum - an evolutive definition. *Museum*, 183-183.
- Ruy, J. (2018). *A Ilha do Crovo que Venceu os Piratas*. Lisboa: Âncora Editora.
- Sandell, R. (2002). *Museums, Society, Inequality*. Nova Iorque: Routledge.
- Saramago, J., & Barros, J. (. (2001). *Memórias Corvinas*. Corvo: Câmara Municipal do Corvo.
- Silva, A. F. (2019). O Culto do Espírito Santo no Corvo. Em D. N. Chaves, *Memória e Identidade Insular - Religiosidade, Festividades e Turismo nos Arquipélagos da Madeira e Açores* (pp. 227-238). Velas: CHAM - Centro de Humanidades da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores.
- Sousa, S. M. (2009). *A Museologia na Ilha de São Miguel: 1974-2008*. Dissertação de Mestrado em Património, Museologia e Desenvolvimento, Ponta Delgada: Universidade dos Açores.
- Stylianou-Lambert, T., Boukas, N., & Marina, Y. (2014). *Museums and cultural sustainability: stakeholders, forces, and cultural policies*. Nicosia: Routledge.
- Teixeira, D. J. (2005). *O Ecomuseu de Barroso - A nova museologia ao serviço do desenvolvimento local*. Dissertação de Mestrado em Património e Turismo, Braga, Instituto de Ciências Sociais: Universidade do Minho.
- Varine, H. (1976). The modern museum: requirements and problems of a new approach. *Museum International*, 131-143.
- Varine, H. (2012). Which Future for ecomuseums? Em S. Lira, R. Amoêda, C. Pinheiro, P. Davis, M. Stefano, Corsane, & Gerard, *Ecomuseums 2012 - 1st International Conference on Ecomuseums, Community Museums and Living Museums* (pp. 381385). Barcelos: Green Lines Instituto para o Desenvolvimento Sustentável.
- Varine, H. d. (1996). Ecomuseum or Community Museum? 25 Years of Applied Research in Museology and Development. *Nordisk Museologi*, pp. 21-26.

Varine, H. d. (2012). *Raízes do Futuro: O Património a Serviço do Desenvolvimento Local*. Porto Alegre: Medianiz Ltda.

Weil, S. (2007). The Museum and the Public. Em S. Watson, *Museums and Their Communities* (pp. 32-46). Nova Iorque: Routledge.

Zamora, H. (2007). Identity and Community. Em S. Watson, *Museums and Their Communities* (pp. 324-329). Nova Iorque: Routledge.

Fontes

“Açores: Ilhas com Futuro” – Programa Eleitoral do Partido Socialista de 2008.

Artigo de opinião “Caminhos da Memória”, publicado no blog da autoria de Frederico Cardigos “Cardigoso”, disponível em <https://cardigoso.blogspot.com/2006/11/caminhos-damemoria.html>.

Artigo do jornal Diário Insular “Turismo ecológico e rural em debate” de 28.11.08, disponível em: <https://livrozilla.com/doc/1419043/pre%C3%A7o-j%C3%A1-n%C3%A3o-o-que-era>.

“Corvo – A visita presidencial e a junça”, Edição do Ecomuseu do Corvo.

Decreto Legislativo Regional n.º 10/2011/A, disponível em: <https://dre.pt/pesquisa/search/277642/details/maximized>.

Decreto Regulamentar Regional 3/2020/A, disponível em <https://dre.pt/home/dre/128515586/details/maximized>.

Decreto Regulamentar Regional 21/77, de 22 de junho, disponível em: <https://dre.tretas.org/dre/149153/decreto-regulamentar-regional-21-77-A-de-22-de-junho>
Decreto Regulamentar Regional 25/77/A, de 5 de setembro, disponível em: <https://dre.tretas.org/dre/40394/decreto-regulamentar-regional-25-77-A-de-5-de-setembro>.

Decreto Regulamentar Regional 36/2000/A, disponível em: <https://dre.pt/web/guest/pesquisa/search/584457/details/maximized>.

Decreto Regulamentar Regional 40/91/A, de 25 de novembro, disponível em: <https://dre.tretas.org/dre/35712/decreto-regulamentar-regional-40-91-A-de-25-denovembro>.

Declaração de Santiago, disponível em: <http://catedraunesco.ulusofona.pt/declaracao-santiago/>.

Diário da III Sessão Legislativa, VIII Legislatura em Horta, Quinta-Feira, 15 de fevereiro de 2007, disponível em: <http://base.alra.pt:82/Diario/VIII65.pdf>.

Dicionário Priberam “Eco”, disponível em: <https://dicionario.priberam.org/eco>.

Ecomuseu do Corvo: Projeto de Intervenção Museológica, Secretaria Regional da Educação, Ciência e Cultura, disponível em: <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ecomuseu-docorvo/ecomuseu.pdf>.

“Ecomuseu do Corvo: Plano de atividades 2021”, edições do Ecomuseu do Corvo.

INE (2021), Resultados Preliminares dos Censos 2021, disponível em: https://www.ine.pt/scripts/db_censos_2021.html.

Parlamento Online Projeto de Resolução “Recomenda ao Governo Regional que adquira objectos de valor cultural e patrimonial que possam testemunhar o percurso histórico, a identidade etnográfica e as práticas culturais específicas da população corvina”, disponível em <http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/EPjR041-11.pdf>, consultado em 14.07.2021
Programa das Jornadas de Ecomuseologia em São Jorge, Edições do Ecomuseu de São Jorge.

Projeto de Resolução n.º 156/XI “Recomenda ao Governo Regional que crie, no âmbito do Ecomuseu da Ilha do Corvo, uma Casa Etnográfica dotada de uma coleção de bens culturais móveis representativa da cultura tradicional e popular da ilha do Corvo.”, disponível em http://base.alra.pt:82/4DACTION/w_pesquisa_registo/3/3007.

Publicação “A Ilha do Corvo que Venceu os Piratas” no Blogue “Blogue de Banda Desenhada”, de autoria de José Ruy, disponível em <https://desenhada6.rssing.com/chan26403997/article236-live.html>.

Ecomuseu do Corvo: Plano de Atividades 2021, Edições do Ecomuseu do Corvo.

Reportagem RTP Açores “Há lista de espera de três meses para adquirir barretas do Corvo”, disponível em https://www.rtp.pt/acoresha-cultura/ha-lista-de-espera-de-tres-meses-para-adquirir-barretas-do-corvo-video_64627.

Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 11/2013/A, disponível em: <https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/496728/details/maximized?dreId=135255>.

Resolução n.69/77, de 10 de abril, disponível em <https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/496728/details/maximized?dreId=135255>.

Resolutions Adopted by ICOM’s 10th General Assembly, 1971, disponível em: https://icom.museum/wp-content/uploads/2018/07/ICOMs-Resolutions_1971_Eng.pdf.

Voto de protesto pelo abandono do projecto do Ecomuseu na ilha de São Jorge, disponível em: http://base.alra.pt:82/4DACTION/w_pesquisa_registro/1/1110.

Anexos

Anexo A- Programa das Jornadas Internacionais

WORKSHOP:
GESTÃO DE ESPAÇOS NATURAIS E CULTURAIS

◆ 14 JUNHO 2008 - Sede Bombeiros Voluntários da Calheta e Sede dos Escuteiros Grupo 121 (Calheta)

ENQUADRAMENTO:

Para que esse espaço físico e tudo o que ele encerra não seja apenas um recinto fechado excluído do resto (como um museu no sentido mais tradicional da palavra) é necessário haver uma forma de gestão adaptada que deva preservar o que "resta" de natureza não explorada e que deva manter a diversidade criada pelas sociedades rurais tradicionais. Surge, então, o Ecomuseu que deve implementar um sistema de gestão não só dos meios naturais e das paisagens, para a sua conservação, mas também para a evolução sustentável do território, dos recursos e das pessoas. Só assim esse sistema de interpretação, que é o Ecomuseu, poderá preservar o coração da identidade do seu território: património natural e memória cultural.

GRUPO DE TRABALHO - B

Introdutor: Cláudio Torres; **Animador:** Associação "Amigos da Caldeira de Santo Cristo"; **Observador:** Rosário Oliveira; **Testemunho** Leão Lopes; **Outros participantes.**

PROPOSTA DE QUESTÕES A DEBATER
(a organização dispensa um dossier de apoio)

- 1 - Que novas práticas de gestão local deverão ser incentivadas de forma a preservar a biodiversidade?
- 2 - Que normas e práticas poderão ser adoptadas para aumentar a eficácia local, no combate às espécies invasoras?
- 3 - Como promover uma gestão que preserve a casa e os caminhos tradicionais, elementos da paisagem de São Jorge?

18H00 Encerramento dos trabalhos



◆ 15 JUNHO 2008 - VELAS

9h15 Auditório Municipal

9h30 Síntese dos workshops pelos Observadores

10h30 Debate

- Intervenção do Director do Laboratório do Património da Universidade de Manouba (Tunísia)
- Intervenção do Director do Gabinete Técnico da Paisagem Protegida da Vinha do Pico

12h00 Conclusão e encerramento das Jornadas.

WORKSHOPS - INSCRIÇÃO LIMITADA

VISITE:
[HTTP://ECOMUSEU-AZORES.ORG/SAOJORGE/](http://ecomuseu-azores.org/saojorge/)

INFORME-SE! PARTICIPE!

295 432 330



INICIATIVA
Secretaria Regional do Ambiente e do Mar

JORNADAS

ECOMUSEOLOGIA



SÃO JORGE

Um espaço de reflexão e debate no âmbito do processo de instalação do Ecomuseu da Ilha de São Jorge

PROGRAMA

◆ 13 JUNHO 2008 - VELAS
9h00 Auditório Municipal - Recepção dos participantes

9h30 Abertura das Jornadas - Comunicações:10h00
PAISAGEM E ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL

JUDITE PRIMO Universidade Lusófona de Lisboa	Ecomuseologia e sociomuseologia: trajetórias e percursos
LAURENT VEDRINE Ecomuseu de Margeride/França	Lei à paisagem: estado e valorização dum património. Os trabalhos de dois ecomuseus franceses, o ecomuseu de Margeride e o ecomuseu de la Grande Lande.
LEÃO LOPES Atelier Mar Escola Internacional de Arte de Cabo Verde	Ligados - Museu de S. João. Uma experiência cabo-verdeana

11h00 Pausa para café

11h30 Comunicações: **GESTÃO DE ESPAÇOS NATURAIS E CULTURAIS**

XERARDO PEREIRO - CETRAD - Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro-Chaves	Eco dos museus etno-antropológicos. Experiências da Galiza e do Norte de Portugal
JOÃO PORTEIRO Universidade dos Açores	Áreas protegidas em S. Jorge: propostas de gestão
ROSÁRIO OLIVEIRA - TERCIUD - Universidade Lusófona de Lisboa	Gestão colaborativa da Paisagem. Um conceito a considerar no âmbito do Ecomuseu de S. Jorge

13h00 Fim do período da manhã

14h15 Auditório Municipal - Comunicações:14h30
DESENVOLVIMENTO LOCAL RURAL INTEGRADO E SUSTENTADO

ARTUR GREGÓRIO Associação In Loco S. Brás de Alportel	Ecomuseu Rural das Serras do Algarve - Serra do Caldeirão - Um processo, um percurso, uma aprendizagem sobre os caminhos do desenvolvimento de base local
ROGÉRIO ROQUE AMARO Instituto Superior de Ciências e Tecnologia Lisboa	Pode um Ecomuseu ser um factor de Desenvolvimento Local em meio rural?
JOSÉ PORTELA - CETRAD - Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro-Vila Real	Desenvolvimento Local: da ideia à prática

15h45 Encerramento dos trabalhos

WORKSHOPS - INSCRIÇÃO LIMITADA

INSCREVA-SE!

WORKSHOP:
PAISAGEM E ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL

◆ 14 JUNHO 2008 - Sede Bombeiros Voluntários da Calheta e Sede dos Escuteiros Grupo 121 (Calheta)

ENQUADRAMENTO:

O ordenamento do território e a identificação de unidade de paisagem definem administrativamente um espaço de importância significativa em termos naturais e culturais para a sociedade/comunidade que nele habita. Neste espaço coexistem os valores considerados fundamentais na dinâmica diacrónica da construção da identidade dessa sociedade/comunidade.

GRUPO DE TRABALHO - A

Introdutor: Nuno Ribeiro Lopes; **Animador:** Gabinete da Vinha do Pico
Observador: Xerardo Pereiro; **Testemunho:** João Porteiro; **Outros participantes.**

PROPOSTA DE QUESTÕES A DEBATER
(a organização dispensa um dossier de apoio)

- 1 - Sendo o Ecomuseu uma forma de valorizar e dar sentido ao espaço territorial, qual é a figura jurídica mais adequada para o Ecomuseu?
- 2 - Reconhece a necessidade de se legislar na Região Autónoma dos Açores no sentido de se enquadrar a emergência de estruturas como ecomuseus? Em caso afirmativo, que aspectos essenciais deveria tal legislação salvaguardar?

18H00 Encerramento dos trabalhos

WORKSHOP: DESENVOLVIMENTO LOCAL RURAL INTEGRADO E SUSTENTADO

◆ 14 JUNHO 2008 - Sede Bombeiros Voluntários da Calheta e Sede dos Escuteiros Grupo 121 (Calheta)

ENQUADRAMENTO:

Decorre, pois, deste sistema e desta gestão, quando envolvendo a população, a identificação com o património e o aumento da auto estima dos cidadãos bem como a melhoria da qualidade vida dos habitantes. Na prática, estes resultados manifestam-se através da revalorização dos recursos naturais e culturais e da revalorização social das pessoas. Ora, para atingir esses fins é necessário proceder-se ao desenvolvimento/relançamento de actividades rurais equilibradas e em harmonia com o Ambiente; ao desenvolvimento/relançamento de actividades económicas e sociais equilibradas e em harmonia com o Ambiente; à melhoria da educação e da formação e à estimulação das artes e da criatividade.

GRUPO DE TRABALHO - C

Introdutor: José Portela; **Animador:** ADELIACOR; **Observador:** Rogério Roque Amaro; **Testemunho:** Artur Gregório; **Outros participantes.**

PROPOSTA DE QUESTÕES A DEBATER
(a organização dispensa um dossier de apoio, incluindo um CD com diversos estudos sobre São Jorge)

- 1 - Como pode o Ecomuseu gerar vantagens na ligação da valorização do património com a economia local?
- 2 - Que práticas promotoras de valorização do património podem contribuir para o reforço dos laços sociais, atendendo à desertificação das freguesias rurais e ao envelhecimento da população?

18H00 Encerramento dos trabalhos

Anexo B – Exemplo de Literatura Distribuída à População de São Jorge



O Ecomuseu da ilha de S. Jorge integra duas dimensões que, embora interligadas, são distintas: a dimensão material e a dimensão imaterial. A dimensão material incorpora os Pólos, os Recursos, os Complexos Patrimoniais e também o acervo, os recursos humanos, técnicos e financeiros da organização. A sua dimensão imaterial integra a cultura jorgense e a dinâmica sócio-cultural, que fazem do Ecomuseu da ilha de S. Jorge um equipamento de gestão e animação sócio-cultural.

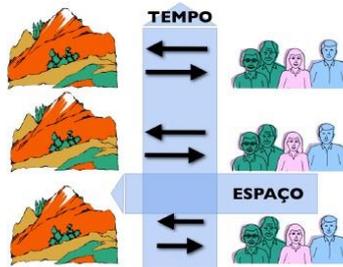
As redes relacionais, que integram cidadãos, grupos e instituições, têm por finalidade a organização, a gestão e a comunicação dos recursos patrimoniais seleccionados. As instituições participam na dinâmica do ecomuseu através da celebração de protocolos, acordos ou pedidos de colaboração pontual.



O Ecomuseu da ilha de S. Jorge é um sistema de redes multirrelacionais que articulam pólos, recursos e complexos de valor patrimonial, geridos nos respectivos contextos ecológicos e numa perspectiva de desenvolvimento social e local.

Assume toda a ilha como espaço a ser compreendido e estabelece percursos interpretativos que constituem recursos patrimoniais identitários.

O Ecomuseu da ilha de São Jorge possibilita à população a descoberta do território e a história da sua ilha.



Como acompanhar o processo de instalação do Ecomuseu?

Há duas formas de o fazer: integrando a lista do correio electrónico do Ecomuseu, para receber regularmente notícias ou consultando essas notícias nas sedes das Juntas de Freguesia. Está ainda prevista a actualização do site do Ecomuseu.

Quem é que pode participar na criação/dinamização do Ecomuseu?

Qualquer pessoa ou associação que partilhe os objectivos de preservação da identidade natural e cultural de São Jorge pode e deve participar nesta rede de parcerias que é o Ecomuseu. Existem diversos níveis e formas de participação. Por exemplo, na qualidade de guardião. Os guardiões são pessoas ou entidades que estão na posse de elementos do património natural, paisagístico e cultural (material e imaterial) de São Jorge que, mediante acordo, se comprometem na sua conservação e valorização "in situ".

INFORME-SE

CÂMARA MUNICIPAL DAS VELAS - 295 412 214
CÂMARA MUNICIPAL DA CALHETA - 295 416 446
AS JUNTAS DE FREGUESIA DE SÃO JORGE
ECOTECA DE S. JORGE - 295 432 330

VISITE O SITE

[HTTP://ECOMUSEU-AZORES.ORG/SAOJORGE/](http://ecomuseu-azores.org/saojorge/)

QUESTÕES

FREQUENTES



PROCESSO DINÂMICO ATRAVÉS DO QUAL AS COMUNIDADES DE SÃO JORGE PARTICIPAM NA CONSERVAÇÃO, VALORIZAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS PATRIMONIAIS, ORGANIZADAS NUM SISTEMA DE REDES MULTIRRELACIONAIS, NUMA PERSPECTIVA DE DESENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE.

O ECOMUSEU TEM POR BASE UM ACORDO DAS COMUNIDADES EM QUE PESSOAS OU ENTIDADES QUE ESTÃO NA POSSE DE RECURSOS DO PATRIMÓNIO NATURAL, CULTURAL E PAISAGÍSTICO SE COMPROMETEM NA SUA CONSERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO.

VERSÃO ACTUALIZADA

ABRIL 2009

Câmara Municipal das Velas Câmara Municipal da Calheta
Governo Regional dos Açores

O que é um ecomuseu?

Henri Rivière, o pai deste novo tipo de museu, afirmava que o ecomuseu "é um espelho no qual a população local se revê para descobrir a sua própria imagem, na qual procura uma explicação do território ao qual está ligada e das populações que lhe precederam, vistas como circunscritas no tempo ou em termos de continuidade de gerações. É um espelho que a população local mostra aos seus visitantes para que seja melhor entendida e para que a sua indústria, costumes e identidade possam inspirar respeito." Em 2004, na cidade de Trento, muitos especialistas concordaram com a ideia de que o Ecomuseu "é um processo dinâmico através do qual uma comunidade preserva, interpreta e gere o seu património para o desenvolvimento sustentável".

Quando é que nasceu a ideia de se criar um ecomuseu em São Jorge?

A ideia do Ecomuseu da ilha de São Jorge foi emergindo, desde 2001, em vários fóruns dedicados à reflexão sobre o desenvolvimento da ilha. Em 2006, contando com o apoio dos dois municípios, o Presidente da Câmara Municipal das Velas, propôs à Secretaria Regional do Ambiente e do Mar a criação do Ecomuseu. Desde então, o projecto tem vindo a ganhar consistência, envolvendo um número cada vez mais alargado de cidadãos.

O Ecomuseu é um projecto político?

Em termos ideológicos, é correcto afirmar que o Ecomuseu assenta numa concepção de democracia participativa e numa perspectiva de desenvolvimento sustentável, afirmando o direito e o dever das comunidades preservarem a sua identidade cultural. O Ecomuseu é um projecto suprapartidário que tem contado com o apoio de todas as forças políticas.

O Ecomuseu da Ilha de São Jorge já existe?

Não, mas o Ecomuseu da ilha de São Jorge deverá ser instituído ainda durante o correr do ano de 2009.

Quem são os responsáveis pela instalação do Ecomuseu?

Foi criada uma Comissão Instaladora que integrou os representantes das duas Câmaras Municipais e de todas as Juntas de Freguesia, o representante da Secretaria Regional do Ambiente e do Mar e alguns cidadãos voluntariamente participantes nas equipas temáticas que são abertas à participação de qualquer cidadão. Contudo, não tendo sido determinada a personalidade jurídica do Ecomuseu, até à presente data, não foi possível avançar com este enquadramento de participação.

Quem financia a instalação do Ecomuseu?

O financiamento da estrutura administrativa dependerá da figura jurídica que se vier a adoptar. As acções de dinamização do Ecomuseu terão sempre inúmeras fontes (públicas ou privadas) de financiamento. Nesta fase de instalação, o projecto conta com o financiamento da Secretaria Regional do Ambiente e do Mar e das duas Câmaras Municipais.

O que é que está a ser feito pela Comissão Instaladora?

Uma vez que, até Março de 2009, se desconhecia a personalidade jurídica que o Ecomuseu deveria assumir, o órgão executivo da Comissão trabalhou exclusivamente a dimensão social da instalação do Ecomuseu, desenvolvendo inúmeras acções de parcerias relacionadas com o seu objecto. O Programa "Caminhos da Memória" desempenhou um papel de charneira neste processo. Quer dizer, enquanto "software social" fomos criando e alimentando uma rede de potenciais parceiros que partilham a missão de valorização do património natural, cultural e paisagístico de São Jorge, numa perspectiva de desenvolvimento comunitário.

Porque é que se diz que o Ecomuseu é da Ilha de São Jorge?

Porque este Ecomuseu terá pólos, recursos e complexos patrimoniais espalhados por toda a ilha de São Jorge. O Ecomuseu da ilha de São Jorge é um "sistema de redes multirrelacionais que articulam pólos, recursos e complexos de valor patrimonial, geridos nos respectivos contextos ecológicos e numa perspectiva de desenvolvimento social e local. Portanto, é de São Jorge porque abrange diversos tipos de Património que estão em vários pontos da ilha, mas também porque pertence às pessoas de São Jorge. O Ecomuseu só existirá se houver a participação da comunidade jorgense.

Existe algum ecomuseu igual ao de São Jorge?

O Ecomuseu da Ilha de São Jorge partilha finalidades e objectivos com alguns ecomuseus canadianos, mexicanos, franceses, brasileiros, etc., mas possui características únicas e muito inovadoras. Não existem no mundo dois ecomuseus iguais. Como tal, cada ecomuseu é a expressão de uma identidade e de uma dinâmica própria.

Aonde é que ficará instalado o Ecomuseu?

Ao contrário do museu tradicional, o Ecomuseu não está propriamente instalado num lugar. Essa é a característica mais inovadora do Ecomuseu e, por isso, gera alguma confusão. Os pólos, os recursos patrimoniais e os complexos patrimoniais estarão distribuídos por toda a ilha. Por isso é que se chama "da ilha de São Jorge". A ideia é levar as pessoas, que vivem em São Jorge e as que a visitam, a percorrer a ilha, visitando sítios significativos que as ajudem a entender a história e a identidade das gentes que, durante séculos ocuparam este território e que, na interacção com o mesmo, foram tecendo a sua identidade. É óbvio que o Ecomuseu terá instalações administrativas e essas terão de estar em algum lugar.

Quem será responsável pelo Ecomuseu da Ilha de São Jorge?

Uma coisa sabemos: o "ecomuseu" é um instrumento concebido, construído e posto em funcionamento por uma autoridade pública em conjunto com a população local. O envolvimento da autoridade pública faz-se através dos especialistas, serviços e recursos que fornece: o envolvimento da população local depende das suas aspirações, conhecimentos e abordagem individual" (H. Rivière, 1998). A personalidade jurídica adoptada respeitará este princípio de base.

Quanto é que vai custar o Ecomuseu?

Não é possível dizer, de antemão, quanto é que vai custar o Ecomuseu. Trata-se de um projecto a longo prazo e os custos dependerão da dinâmica que se for estabelecendo, os pólos que se forem criando e os recursos que se forem valorizando. E como se trata de uma rede de parcerias que tudo vai depender da capacidade interventiva das organizações e das pessoas.

Qual a importância do Ecomuseu para São Jorge?

O Ecomuseu vai, por um lado, valorizar o património natural e cultural local e, por outro, criar dinâmicas geradoras de capacitação das comunidades e, portanto, de desenvolvimento.

O Ecomuseu é que vai ser responsável pelo património natural, cultural e paisagístico de São Jorge?

Não. A rede de parcerias que é o Ecomuseu apenas identifica elementos patrimoniais e estabelece com os seus proprietários formas mais adequadas da sua valorização.

Qual a relação do Ecomuseu com o Museu de São Jorge?

O Museu de São Jorge e o Ecomuseu da Ilha de São Jorge têm um papel muito importante na divulgação e preservação da identidade e da memória colectiva de São Jorge. Por isso, poderão e deverão agir de forma a se complementarem. São, contudo, totalmente autónomos e divergem em alguns aspectos, tais como a importância que o Ecomuseu atribui ao património natural e a forma como assegura a participação da população. Enquanto promotor de desenvolvimento sustentável, o Ecomuseu contribui com a sua acção para que sejam os jorgenses os protagonistas do seu desenvolvimento.

Há condições para que o Ecomuseu seja bem sucedido nos seus objectivos?

O sucesso do Ecomuseu depende da nossa capacidade em nos unirmos em torno destes objectivos de preservação da identidade e de um desenvolvimento que satisfaça as carências do presente sem comprometer o bem-estar e a qualidade de vida das gerações futuras.

Como obter informação sobre o Ecomuseu?

O acervo documental do Ecomuseu encontra-se provisoriamente nas instalações da Ecoteca de São Jorge. O acesso à informação é livre. Para informação básica poderá consultar o site: <http://ecomuseu-azores.org/saojorge>

Direitos autorais:

VISITE O SITE! VISITE O SITE! VISITE O SITE!

VISITE O SITE! VISITE O SITE! VISITE O SITE!

VISITE O SITE! VISITE O SITE! VISITE O SITE!

O ECOMUSEU É UMA REALIDADE CRIADA POR UMA REDE DE PARCERIAS

O projecto do Ecomuseu da ilha de São Jorge assenta numa nova concepção das relações do estado e da sociedade civil, assumindo-se como parceira das diversas instâncias governamentais e promovendo uma nova relação entre o estado e a sociedade civil, sendo que a noção de estado paternalista e centralizador é substituído por formas democráticas de co-gestão e incentivo à participação cidadã. Neste quadro em que a preservação do património e o desenvolvimento dizem respeito à toda a comunidade, incluindo-se aqui os diversos grupos e interesses económicos, o estatuto das relações entre poder político e sociedade é transformado deixando de ser uma relação autoritária para ser companheira, deixando de ser unilateral para ser parceira. A relação deixa de ser competitiva e excludente, para ser ética, solidária e inclusiva". A necessidade desta nova relação entre as diversas instâncias do poder e a sociedade civil tem-se revelado nos diversos sectores da vida social e é particularmente notória na área do património cultural e natural por se ter tornado evidente que a comunidade é a maior guardiã do seu património. Se quisermos ser eficientes e agir em conformidade com o artigo 8 da Lei 107/2001, a acção estatal deverá ser articulada com a participação cidadã: "as pessoas colectivas de direito público colaborarão com os detentores de bens culturais, por forma que estes possam conjugar os seus interesses e iniciativas com a acção pública, à luz dos objectivos de protecção e valorização do património cultural, e beneficiem de contrapartidas de apoio técnico e financeiro e de incentivos fiscais".



Recolhendo inspiração no Movimento Internacional para uma Nova Museologia MINOM/ICOM, e integrando componentes da emergente ética ecologista, o Ecomuseu da ilha de São Jorge assume-se como um projecto colectivo de acção pedagógica para o ecodesenvolvimento. Mas de uma acção pedagógica hodierna que faz daquele que participa no acto pedagógico um protagonista de produção de saber-sentir, saber-fazer e saber-saber. Trata-se de activar e gerir programas/projectos/processos que, devidamente estruturados, promovam a participação activa dos actores sociais na construção de uma nova cultura ambiental e patrimonial.

Do ponto de vista técnico-administrativo, o Ecomuseu deve ser uma estrutura muito leve cujos recursos humanos não ultrapassarão 4 técnicos, sendo que, no actual quadro reformador da Função Pública, será possível mobilizar recursos humanos já existentes, sem novos ónus financeiros para a Administração Regional.

Os traços inovadores do projecto do Ecomuseu de São Jorge acabam por lhe conferir uma identidade de difícil apreensão, uma vez que escapa às tradicionais formas de organizar e de operar na área da preservação do património e do desenvolvimento comunitário. Sob o olhar conservador das organizações do Século XIX-XX, o Ecomuseu da ilha de São Jorge ainda não existe. Sob o olhar de um novo paradigma de organização das relações sociais, das relações do saber e do poder que está a emergir na alvorada do século XXI, o Ecomuseu da ilha de São Jorge já existe. Sob o olhar tradicional só é reconhecida a existência de uma instituição quando ela se encontra inscrita no Registo Central, tem definida a sua figura jurídica, tem os seus estatutos e tem uma morada para a sua sede, etc. Ora bem, o Ecomuseu da ilha de São Jorge não preenche, por enquanto (Abril 2009) nenhum destes requisitos e, contudo, já existe. Existe enquanto "software social". Um "software" que corre numa plataforma desenhada segundo a metáfora de rede neuronal. A rede é constituída por organismos do Governo Regional, o poder local, os cientistas da Universidade dos Açores e de outras organizações de investigação, as organizações não governamentais do ambiente, da cultura e de solidariedade social, o cidadão civicamente activo.

Enquanto "software social" o Ecomuseu cria e alimenta uma rede de potenciais parceiros que partilham a missão de conservação do património natural, cultural e paisagístico de São Jorge, numa perspectiva de desenvolvimento comunitário. O Ecomuseu resulta de uma tessitura de redes de natureza muito diversa e que se entrelaçam:

- rede física de elementos do património natural e cultural, preservado "in situ";
- rede de cidadãos civicamente activos, em que se incluem os guardiões, detentores de bens culturais de importância para a comunidade e pessoas colectivas cuja acção se cruza com a missão do Ecomuseu;
- rede de organizações de investigação científica, em que se incluem as instituições académicas e outras afins;
- Rede do Ponto Focal, constituído pelos organismos da Administração Regional;
- Rede da Administração Local;
- uma plataforma virtual que une os diversos participantes da rede e onde são gerados, lançados e/ou amplificados estímulos/reptos/propostas de acção.

ECOTECA DE SÃO JORGE - Telef.: 295 432 330
ecomuseu.focal@gmail.com

VISITE O SITE

[HTTP://ECOMUSEU-AZORES.ORG/SAوجORGE/](http://ecomuseu-azores.org/saوجorge/)



ECOMUSEU DA ILHA DE SÃO JORGE REDE DE PARCERIAS

"Ecomuseu é um instrumento concebido, construído e posto em funcionamento por uma autoridade pública em conjunto com a população local. O envolvimento da autoridade pública faz-se através dos especialistas, serviços e recursos que fornece; o envolvimento da população local depende das suas aspirações, conhecimentos e abordagem individual." - Henri-Rivière (1998)

ACTIVIDADES MAIS RELEVANTES CONSUBSTANCIADORAS DA INSTITUCIONALIZAÇÃO SOCIAL DO ECOMUSEU: 2006 a Março de 2009

01 - Recuperação de um antigo caminho que ligava a Serra do Topo à Fajã de São João - *Iniciativa da Junta de Freguesia de Santo Antão, integrada no Programa "Caminhos da Memória" (2006);*

02 - Início do processo de criação da Associação de Baleeiros do Topo - *iniciativa dos baleeiros do Topo, apoiados pela Junta de Freguesia local, no enquadramento do programa "Caminhos da Memória" (2006);*

03 - Programa "Caminhos da Memória" que envolve as comunidades de todas as freguesias em percursos pedestres de reavistação de espaços de memória colectiva de valor patrimonial para cada uma das comunidades. Este programa realiza cerca de 15 caminhadas por ano, associadas a actividades de valorização do património imaterial, envolvendo um total de cerca de 500 participantes. - *Iniciativa da Ecoteca de São Jorge/Projecto do Ecomuseu em colaboração com as Juntas de Freguesia (Anual: 2006 - 2009);*

04 - Sensibilização dos jardineiros camarários para as espécies endémicas e o transplante e disponibilização de dragoeiros para jardins de diversos organismos - *iniciativa da Ecoteca de São Jorge (2007);*

05 - Criação da Mesa de Turismo no Núcleo Empresarial de São Jorge - *iniciativa do Núcleo Empresarial de São Jorge e da Ecoteca de São Jorge/Projecto do Ecomuseu (2007);*

06 - Recuperação e valorização da tinturaria natural tradicional - *Iniciativa dos Escuteiros Agrupamento 121 no quadro do programa de dinamização "Em defesa do Dragão", concebido pela Ecoteca de São Jorge/Projecto do Ecomuseu (2007);*

07 - Elaboração e realização do Curso de Introdução à Geologia de São Jorge - *Iniciativa da Ecoteca de São Jorge/Projecto do Ecomuseu em colaboração com o Núcleo Empresarial de São Jorge (2007);*

08 - Apresentação de uma comunicação sobre a casa tradicional jorgense - *Iniciativa da Associação "Os Amigos da Fajã dos Vimes" que contou com a colaboração da Ecoteca de São Jorge/Projecto do Ecomuseu (Junho - 2007);*

09 - Recuperação da Vigia da Baileia da Ponta de Rosais - *Iniciativa da Junta de Freguesia de Rosais, integrada no Programa "Caminhos da Memória" (2008);*

10 - Recuperação de um antigo caminho que servia os terrenos agrícolas de Rosais - *Iniciativa da Junta de Freguesia de Rosais, integrada no Programa "Caminhos da Memória" (2008);*

11 - Recolha de testemunhos orais dos últimos baleeiros de São Jorge - *Iniciativa da Ecoteca de São Jorge/Projecto do Ecomuseu, em colaboração com a Acção Social e a Caritas de São Jorge (2008);*

12 - Concepção e realização de uma acção de formação (25 horas) para 23 professores sobre as "Áreas Protegidas Enquanto Recurso Educativo" - *Iniciativa da Ecoteca de São Jorge/Projecto do Ecomuseu em colaboração com o Centro de Formação de Associação de Escolas da Terceira, S. Jorge e Graciosa (2008);*

13 - Elaboração e entrega do dossiê de proposta de integração da Fonte de Achada (Montoso) no Parque Natural da Ilha de São Jorge. O referido dossiê requereu, entre outras acções, o inventário florístico, o levantamento topográfico do território, a caracterização geomorfológica, e a identificação de proprietários de terras limítrofes - *Iniciativa de cidadãos que contou com o apoio da Junta de Freguesia das Manadas, Câmara Municipal das Velas e Ecoteca de São Jorge/Projecto do Ecomuseu (2008);*

14 - Realização das 1^{as} Jornadas Internacionais de Ecomuseologia de São Jorge que contou com cientistas que mantêm a colaboração com o projecto do Ecomuseu - *Iniciativa da Secretaria Regional do Ambiente e do Mar, realizado pela Ecoteca de São Jorge/Projecto do Ecomuseu (2008);*

15 - Realização do primeiro Encontro de Energia Renovável de São Jorge - *Iniciativa da Ecoteca de São Jorge/Projecto do Ecomuseu que contou com o apoio da ARENA, dos Bombeiros das Velas, da Escola Profissional de São Jorge e de entusiastas da temática (2008);*

16 - Realização das 1^{as} Jornadas Técnicas e Workshop de Eoturismo - *Iniciativa do Núcleo Empresarial de São Jorge/ Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo que contou com a colaboração da Ecoteca de São Jorge/Projecto do Ecomuseu (2008);*

17 - Realização do 1^o encontro "Geografia de Afectos", sobre o património natural e cultural das fajãs de São Jorge - *Iniciativa da Associação dos Amigos da Caldeira de Santo Cristo que contou com a colaboração da Ecoteca de São Jorge/Projecto do Ecomuseu (Junho - 2008);*

18 - Inventariação fotográfica de elementos patrimoniais: Forno de Telha/Topo; Forno de Cal/Queimada e Forno tradicional de Fajã de São João - *Iniciativa da Ecoteca de São Jorge/Projecto do Ecomuseu (2008/09);*

19 - Edição de Boletim sobre os moinhos da Ribeira Seca - *iniciativa da Ecoteca de São Jorge/Projecto do Ecomuseu (2008);*

20 - Apoio técnico-científico ao projecto de musealização da Fábrica de Queijo da Beira - *Iniciativa da Confaria do Queijo de São Jorge com o apoio da Ecoteca de São Jorge/Projecto do Ecomuseu (2006)*

21 - Organização, selecção e produção de documentos vários de apoio ao projecto do Ecomuseu sobre: ecomuseologia, turismo, gestão de parques naturais e outras temáticas ligadas ao desenvolvimento. Esta documentação constitui o acervo que apoia a investigação, reflexão e debate do próprio projecto - *Iniciativa da Ecoteca de São Jorge/Projecto do Ecomuseu (2006 - 2009)*

22 - Criação da Rede do Ponto Focal das Direcções Regionais - *Iniciativa da SRAM, por proposta da Ecoteca de São Jorge/Projecto do Ecomuseu (2009)*

23 - Criação da Associação "Os Guardiões da Fajã de São João" - *Iniciativa de moradores da fajã de São João que contou com o apoio da Ecoteca de São Jorge/Projecto do Ecomuseu (2009);*

24 - Efeito multiplicador: arranque de concepção de um projecto de ecomuseologia na ilha Terceira - Freguesia de São Mateus. O referido projecto resultou do impacto de uma comunicação apresentada na Universidade dos Açores sobre o Ecomuseu da Ilha de São Jorge - *a Iniciativa conta com o apoio da Universidade e da Junta de Freguesia de São Mateus.*



Envie-nos um mail, dizendo:
"Agradeço informação sobre a acção do Ecomuseu"

Direitos autorais:

Anexo C- Literatura informativa distribuída pela população do Corvo

O que é um Ecomuseu?

Costuma-se contrapor o ecomuseu aos museus tradicionais por esses se estruturarem na trílogia um edifício, coleção, público, enquanto o ecomuseu se estrutura tendo em conta um território um património e uma comunidade, visando o desenvolvimento dessa mesma comunidade.

NÃO HÁ DOIS ECOMUSEUS IGUAIS! MAS TODOS OS ECOMUSEUS PARTILHAM TRÊS PRINCÍPIOS-CHAVE*:

01
O que é especial sobre um lugar deve ser definido pelos próprios moradores refletindo o que eles realmente valorizam e como eles concebem o "espírito do lugar".
Ao trabalhar com as comunidades na salvaguarda dos seus recursos patrimoniais, os agentes culturais devem preocupar-se com a revitalização do património cultural no seu próprio ambiente: conservação e interpretação *in situ*. O património é conservado e interpretado no seu próprio contexto em vez de ser transferido para um edifício especial ou um museu.

02
Na sua essência, o ecomuseu tem como premissa uma abordagem democrática. Isto significa que as decisões em matéria de gestão do património são tomadas pelos portadores culturais da comunidade local.

03
O Ecomuseu adapta-se ao contexto único e histórico de cada local: pode ser um projeto com foco em um local industrial ou um sítio arqueológico, ou pode englobar toda uma gama de patrimónios culturais intangíveis em um determinado território. Em suma, o ecomuseu ajusta-se à comunidade, aos portadores de cultura e às especificidades do lugar.

*Esses princípios manifestam-se em 21 indicadores-chave (The European Network of Ecomuseums - 2004)

TELF: 298 493 090
EMAIL: ecomuseu@corvo.local@gmail.com

INFO
Disponível no gabinete de apoio técnico ao projeto do Ecomuseu do Corvo

ECOMUSEUS

Que é um ECOMUSEU?

Que distingue o ECOMUSEU de um MUSEU "CONVENCIONAL"?

Quais são os IDEAIS DO ECOMUSEU?

Quais são as etapas de um PROGRAMA DE AÇÃO ECOMUSEOLÓGICO?

COMPONENTES DOS MUSEUS

COMPONENTES DOS ECOMUSEUS

ETAPAS DO PROGRAMA DE AÇÃO ECOMUSEOLÓGICO

Os museus seguem uma cadeia operatória. Nos Ecomuseus essa cadeia é constituída pela seguinte sequência de etapas:

É no interior desse procedimento metodológico da ecomuseologia que se determinam as técnicas museológicas e/ou as técnicas de desenvolvimento/capacitação comunitária.

A essência de um ecomuseu reside no seu programa de ação museológica que materializa o "processo dinâmico através do qual uma comunidade preserva, interpreta e gere o seu património para o desenvolvimento sustentável", tendo por base "um acordo da comunidade." (The European Network of Ecomuseums - 2004)

Processo dinâmico...

...significa que o ecomuseu vai para além do aspecto formal de objetivos inscritos no papel; trata-se de realizar ações concretas, capazes de mudar a sociedade e melhorar a paisagem.

Comunidade...

...significa um grupo coeso e participativo, que partilha responsabilidades e troca de papéis: administradores públicos, os eleitos, voluntários e outros atores locais que desempenham um papel vital no ecomuseu.

Envolvimento da comunidade

A necessidade de envolver a comunidade não significa que a administração local, um produto histórico único, um património da democracia europeia, seja irrelevante. Pelo contrário, o papel destes organismos de poder local, para ser efectivo, deve envolver as pessoas, ultrapassando o círculo restrito de "pessoas mandatadas".

Preservar, interpretar e gerir ...

...significa ler e comunicar os valores patrimoniais, oferecendo destes novas interpretações, valorizando-os. Estas são as atividades quotidianas dos ecomuseus.
O conceito de património está estritamente ligado ao de território, inclui a história dos habitantes e das coisas, do que é o visível e do que é invisível, do tangível e do intangível, da memória e do futuro.
(...) "a especificidade de um lugar habitado e o carácter único de um sítio", são "elementos chave em qualquer definição de um ecomuseu."

O desenvolvimento sustentável...

... é uma questão central para o ecomuseu e significa, entre outras coisas, valorizar o território. Provas retiradas das melhores práticas identificam, neste processo, dois elementos chave: o desenvolvimento de base local e o melhoramento das redes locais, onde os ecomuseus têm de desempenhar um papel chave como catalisadores de desenvolvimento social.

Acordo...

...significa um pacto transparente e que pressupõe compromissos entre os atores locais numa base da participação voluntária.

ECOMUSEU é uma ação museológica consciente da COMUNIDADE

COM O OBJETIVO DE

desenvolver o TERRITÓRIO que habita,

A PARTIR DA

valorização da História Local e do PATRIMÓNIO

ESSÊNCIA DO ECOMUSEU

O PATRIMÓNIO DO CORVO É UM RECURSO DO SEU DESENVOLVIMENTO

"A museologia do território é (...) no sentido próprio, uma museologia do desenvolvimento. (...) É estratégica." (VARINE, 2012)

O Ecomuseu do Corvo é um projeto de intervenção museológica que visa garantir a salvaguarda e a afirmação do património natural, histórico, paisagístico e cultural da ilha do Corvo, nas suas dimensões tangível e intangível, e, concomitantemente, promover o desenvolvimento local e a qualidade de vida da população. Quer dizer, não se trata de preservar de forma cristalizada e inerte o património mas sim de o mobilizar na construção de um presente e de um futuro melhor para a ilha do Corvo. O desenvolvimento local é um processo voluntário da mudança cultural, social e económica, enraizado num património vivenciado, nutrido-se deste e gerando património.



O conhecimento crítico e a apropriação consciente por parte das pessoas do Corvo do seu património são fatores indispensáveis no processo de preservação sustentável desses bens, assim como no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania. O Ecomuseu do Corvo materializa-se num programa de ação museológica concebido, executado e avaliado de forma participativa.

Tel: 292 403 000 e-mail: ecomuseudoacorvo.focal@gmail.com
 + INFO Disponível no gabinete de apoio técnico ao projeto de Ecomuseu do Corvo

ECOMUSEU

CORVO



Ecomuseu do Corvo é um processo dinâmico através do qual a comunidade do Corvo preserva, interpreta e gere o seu património para o desenvolvimento sustentável, tendo por base um acordo da comunidade.



PAPEL DAS AUTORIDADES PÚBLICAS

O Ecomuseu do Corvo é um instrumento concebido, construído e posto em funcionamento por uma autoridade pública (Câmara Municipal + Governo Regional) em conjunto com a população local.

O envolvimento da autoridade pública faz-se através dos especialistas, serviços e recursos que fornece;

O envolvimento da população local depende das suas aspirações, conhecimentos e abordagem individual.

UM DOS GRANDES DESAFIOS É...

... "combinar o património e o desenvolvimento no espírito, na qualificação e nas práticas profissionais das estruturas e dos agentes;

Os especialistas do património devem pensar em desenvolvimento, enquanto os agentes de desenvolvimento devem ser capazes de integrar o património em suas reflexões e em seus planos.

(...) O património natural e o património cultural devem absolutamente ser considerados em conjunto" (VARINE, 2012)



Pelo PATRIMÓNIO e pelo DESENVOLVIMENTO: trabalhar em rede de parceria, e de forma articulada.

- o desenvolvimento não é sustentável, e, portanto, real, se não for feito em consonância com o património, e se não contribuir para a vida e para o enriquecimento desta;

- o desenvolvimento não pode acontecer sem a participação efetiva, ativa e consciente da comunidade que detém esse património.

A GESTÃO DOS ELEMENTOS PATRIMONIAIS QUE INTEGRAM A REDE ECOMUSEOLÓGICA DO CORVO



O Ecomuseu do Corvo é um sistema de redes multirrelacionais que articula pólos, recursos e complexos de valor patrimonial, geridos nos respetivos contextos ecológicos e numa perspetiva de desenvolvimento social e local. Um dos pólos do Ecomuseu do Corvo é o Museu do Tempo, onde se poderá conhecer as memórias dos corvins e ter acesso a informações sobre o território e a sua história.

Redes Multirrelacionais	Pólos	Recursos Patrimoniais	Complexos Patrimoniais
Integram cidadãos, grupos e instituições, e têm por finalidade garantir a organização, a gestão e a comunicação dos recursos patrimoniais selecionados. As instituições participam na dinâmica do EMC através da celebração de protocolos, acordos ou pedidos de colaboração pontual.	São áreas, locais ou elementos da natureza e da cultura, com interesse patrimonial, cuja gestão, promoção e comunicação estão a cargo do EMC.	São os valores do património natural : -geomonumentos; -espécies protegidas; -zonas especiais de conservação; E património cultural : -material ou imaterial; -móvel ou imóvel; -público ou privado; Geridos numa perspetiva de desenvolvimento participado.	São valores da natureza e da cultura existentes num determinado espaço ecológico e que podem ser objeto de promoção e divulgação conjunta.



"A Pedra de toque da vontade de mudar é o agir"
H. Varine, O Tempo Social